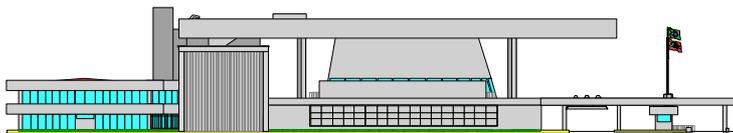


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE FEVEREIRO DE 2008

NÚMERO 5.854

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Edison Andrino
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1867
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 005ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 19/02/2008.....2

Atos da Mesa

Ata da Mesa - DI.....17
Atos da Mesa17

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes18
Ata da Procuradoria.....19
Extrato19
Portarias19
Redação Final20

PLENÁRIO

ATA DA 005ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Pede providências imediatas na recuperação da ponte sobre o rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Pede ao DNIT informações sobre a reforma da ponte.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sugere instalação de comissão que negocie, junto ao governo do estado, as reivindicações apresentadas pelos professores; quer incentivo à casa própria para professores da rede pública.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca a importância de algumas reformas que precisarão ser feitas em nosso país, assim como a reforma política.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Faz um relato de sua viagem à Europa.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Parabeniza o deputado Pedro Uczai por representar o Brasil na viagem à Europa.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Registra que a bancada do PSDB está solidária ao processo que tramita no Tribunal Superior Eleitoral, que envolve o governador do estado e seu vice.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Contesta o deputado Serafim Venzon pela sua declaração referente ao acidente que ocorreu na ponte do rio Itajaí-Açu; comemora saída do Besc do Plano Nacional de Desestatização.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Enaltece o engenheiro João José pelo trabalho junto ao DNIT.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Pede paciência da população para que a obra da ponte sobre o rio Itajaí-Açu possa acontecer.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda reportagem da *Folha Online*, sobre o furto de informações sigilosas da Petrobras.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Fala sobre o processo que envolve o governador e seu vice.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Defende o governador Luiz Henrique da Silveira no processo de cassação de mandato.

DEPUTADO JORGINHO MELO (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e do vereador, do município de José Boiteux.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Defende o governador Luiz Henrique da Silveira no processo e diz que esta ação trará prejuízos à economia de Santa Catarina e ao povo catarinense.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Herneus de Nadal pelo seu pronunciamento, e afirma que LHS foi o único governador da federação que renunciou ao mandato para disputar uma eleição.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Solicita aos srs. deputados aprovação ao projeto de lei, de sua autoria, que institui o parcelamento do pagamento de multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Aborda o Projeto de Lei n. 0146/2007, de sua autoria, que dispõe sobre taxas estaduais.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Comemora votação do Projeto de Lei n. 0650/2007, de sua autoria, que denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita autorização da deputada Ada De Luca para subscrever requerimento, de sua autoria, parabenizando a Amosc.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Refere-se ao requerimento solicitando a ampliação e desobstrução dos poços de visita do bairro Monte Cristo, em Florianópolis.

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Discute moção, de sua autoria, que solicita a alocação de policiais especializados para nortear o trânsito durante a execução das obras da ponte sobre o rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Solicita permissão ao deputado Jandir Bellini para também assinar a matéria.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Solicita permissão ao deputado Jandir Bellini para subscrever moção.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concorde com a matéria proposta pelo deputado Jandir Bellini.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discorda do deputado Pedro Uczai, quando culpa o PSDB pelo problema na construção da ponte.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Sugere que se faça uma reunião com o DNIT, para que encurtar o prazo de conclusão da obra.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Elogia o deputado Jandir Bellini, por esta solicitação, pois a obra é importante para todos os brasileiros que transitam na BR-101.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do presidente do partido e vice-prefeito, do município de Rodeio.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENATO HINNIG - Aborda o nível de acidentes acentuados nas nossas rodovias.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Faz alusão à Campanha da Fraternidade deste ano, que traz um tema importante, que é a Fraternidade em Defesa da Vida.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Defende o governador Luiz Henrique da Silveira, no processo que está tramitando no TSE.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Anuncia que o presidente Lula irá assinar o decreto que tira o Besc do Plano Nacional de Desestatização.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Cumprimenta o deputado Dirceu Dresch pelos temas apresentados no dia de hoje no plenário catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Solidariza-se com o governador Luiz Henrique da Silveira no processo de cassação de mandato.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Elogia o deputado Sargento Amauri Soares pelas palavras de solidariedade ao governador Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Comunica que amanhã estará representando esta Casa, na cooperativa Copérida, em Concórdia.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Responde ao deputado Joares Ponticelli que o governo Luiz Henrique da Silveira só tem feito investimentos em Santa Catarina, o que já não ocorria com o governo anterior.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Anuncia que no sábado o prefeito Marco Antônio Tebaldi e várias lideranças joinvilenses estarão organizando um ato de desagravo em solidariedade ao nosso governador do estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Rebate colocações do deputado Manoel Mota a respeito do governador.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Rebate colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o processo contra o governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jandir Bellini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesec Digital, senhoras e senhores, assomo à tribuna para falar sobre um assunto que por diversas vezes já falamos nesta Casa com relação ao DNIT.

Nós pedimos à superintendência do DNIT de Santa Catarina que fosse feita a recuperação da ponte da BR-101, que liga os municípios de Itajaí e Navegantes, sobre o rio Itajaí-Açu. Depois de muitas moções, requerimentos, pronunciamentos e apartes dos srs. deputados, o DNIT, no começo deste ano, deu início às obras e através do engenheiro João José de Souza, que é o superintendente, fomos informados de que as obras seriam realizadas sem que houvesse intervenção no trânsito, principalmente no fluxo sul e norte da BR-101.

E nesta semana, mais precisamente no final da semana que passou, quando as obras deram início, foi instalado um verdadeiro caos no trânsito da BR-101, interferindo no trânsito urbano da cidade de Itajaí, porque as pessoas que precisavam se dirigir ao município de Navegantes, a São Paulo, a Curitiba, principalmente o trânsito leve, começaram a procurar uma alternativa por dentro da cidade, por dentro do perímetro urbano de Itajaí, através do *ferry-boat*, da balsa da barra do rio. Por isso que hoje não existem mais ruas em Itajaí que não estejam congestionadas. Está havendo uma revolta por parte dos usuários, por parte da população, cuja paciência está por um fio.

Tantos foram os telefonemas que recebemos no dia de ontem que decidimos averiguar *in loco* como estavam as obras e qual o principal obstáculo com relação ao fluxo do trânsito. Pois bem: lá chegamos e encontramos, pasmem, dois homens trabalhando e quatro olhando e aquele caos na BR-101: acidentes, pessoas precisando viajar com urgência, interferindo na nossa economia, porque são centenas, para não dizer milhares, de caminhões ali parados durante uma hora e meia, duas horas e não há sequer um guarda da Polícia Rodoviária Federal para coordenar o trânsito, nos mesmos moldes do que está acontecendo aqui no km 175, próximo ao município de Governador Celso Ramos, onde também é utilizada somente uma pista no sentido norte e sul.

Mas o afunilamento do tráfego começa já a um quilômetro antes, proporcionando um fluxo mais rápido. O mesmo não acontece lá na ponte da BR-101 sobre o rio Itajaí-Açu, porque afunila tudo na chegada da ponte. E aí o trânsito é lento e não há ninguém para orientar.

Então nós fizemos, deputado Serafim Venzon, uma moção que logo mais, com certeza, será aprovada pelos srs. parlamentares, dirigida ao DNIT de Santa Catarina, ao nosso companheiro, posso assim me manifestar pela amizade que tenho pelo engenheiro João José, para que ele tome providências imediatas no sentido de viabilizar um fluxo mais rápido naquela obra. Nós alegamos os inúmeros motivos para que esse tráfego seja o mais rápido possível.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Pois não! Concedo um aparte ao deputado Serafim Venzon que tem conhecimento pleno, também, de toda essa situação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. deputado Jandir Bellini, v.exa., que além de ser o defensor de toda a região do vale do rio Itajaí, da foz do rio Itajaí, é também aqui um grande deputado, atento a todas as questões do estado.

Eu passei exatamente no local a que v.exa. se refere, no sábado, mais ou menos às 10h da manhã. Nós poderíamos reunir uma porção de adjetivos ruins, como uma vergonha, um desrespeito, uma falta de consideração com as pessoas que pagam tributo, para fazer uma reforma. Eu, inclusive, vou pedir para v.exa. incluir no seu documento, ou fazer um documento conjunto, para saber qual a reforma que está prevista, o que estão fazendo, porque a impressão que tive é de que estão sendo fixadas algumas braçadeiras na lateral da ponte para fazer meramente uma passarela para pedestres.

Se for isso, deputado Jandir Bellini, será uma incomodação excessivamente grande para fazer apenas essa obra na ponte. Se for para fazer a proteção lateral segura, como naquela ponte paralela que está lá, tudo bem, mas parar o tráfego para fazer uma passarela? O cidadão que se arriscar a atravessar a ponte, ali, aquela lá, terá a visão do inferno, deputado. Não existe calvário mais feio do que aquela ponte! Toda proteção lateral, dos dois lados, foi praticamente destruída por carros que caíram e as pessoas perderam a vida! Aquilo ali é um cemitério! Inclusive por falta de consideração com essa estrada.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Tivemos mais um acidente no domingo à tarde, quando caiu mais um carro ali, e veio a falecer o ex-goleiro do Marcílio Dias. Mais um jovem que perdeu a vida em função dessas obras malfeitas e que continuam a complicar a vida do cidadão.

Obrigado, sr. deputado Serafim Venzon. E, além disso, o que notamos é a revolta de todas as pessoas, dos catarinenses que ali transitam, dos paranenses, dos paulistanos e de todos aqueles que utilizam a BR-101. Eu diria, deputado Serafim Venzon, que é uma vergonha, é um caso de cadeia!

Acredito que o Ministério Público, órgão que tem procurado fazer um trabalho extraordinário neste país, possa também tomar conhecimento do que está sendo realizado e responsabilizar a empreiteira, o DNIT, ou quem de direito, para que essa obra seja concluída o mais rápido possível e que não venha trazer transtorno maior ainda à população que por ali transita.

Além disso, acreditamos que há como agilizar essa questão do tráfego se tivermos ali a Polícia Rodoviária Federal orientando o trânsito, fazendo com que, ao ingressarem na pista única, os motoristas possam adquirir a velocidade necessária, deputado Pedro Uczai, para que esse fluxo possa ser mais rápido. Não é possível! Não está interditada! Temos uma pista de rolagem normal, então esse trânsito tem que rolar normalmente.

O que me deixa mais triste ainda, sr. presidente, é que se anuncia um prazo de 180 dias para a conclusão da obra! Isso é impossível! Não dá para aceitar! Há um movimento em Itajaí, e quero chamar a atenção, no sentido de impedir, de fechar a BR-101 de uma vez por todas, para que, aí sim, as autoridades competentes possam tomar as providências necessárias.

É por isso que utilizo esta tribuna mais uma vez, para manifestar aqui o meu repúdio com relação à forma como estão sendo realizadas as obras. Reivindicamos tanto e agora estamos pedindo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente Julio Garcia, srs. integrantes da mesa, sra. deputada, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada, hoje pela manhã participamos, na sala da Presidência deste Poder, de uma reunião do Sinte com alguns srs. líderes com assento nesta Casa.

Fomos convidados pelo deputado Pedro Uczai a participar, e quero parabenizá-lo por ter encabeçado aquela reunião. Esteve presente o deputado líder do Partido Progressista Silvio Dreveck; o do PDT, o brilhante deputado Sargento Amauri Soares; o do PPS, deputado Professor Grandó e esta líder do Partido Republicano Brasileiro. Pudemos ouvir as queixas do Sinte, e realmente não há mais condições, senhores! Eu, na minha fala, manifestei-me dizendo que o magistério está numa grande decadência.

Meus colegas professores, precisamos nos unir, e foi sugestão desta deputada - Professor Grandó, v.exa. também estava presente e acatou a idéia -, formarmos aqui uma comissão de parlamentares para, unidos, ajudarmos a classe do magistério. Por que o que será das famílias que tanto precisam dos professores? Professores têm que ser tratados com dignidade, são eles que abraçam a causa das famílias cuidando dos filhos, formando essas crianças para amanhã ou depois serem cidadãos bem-sucedidos.

Que bom que os colegas aceitaram os nossos posicionamentos, as nossas sugestões. Todos os colegas parlamentares que ali estiveram deram as suas sugestões, todas foram acatadas e vamos abraçar aquela categoria.

Então, senhores, olhando aqueles colegas lembrei o tempo, muito tempo atrás, quando nós, professores, podíamos fazer empréstimo através do Ipsc. Eu também fiz quando precisei. E há 30 anos colegas meus puderam adquirir a casa própria, bem como tratamento odontológico, através de empréstimo do Ipsc. Lembrando disso, apresentei a esta Casa Legislativa um projeto de minha autoria, que já deve estar tramitando na CCJ, ou já deve estar chegando lá, deputado Dirceu Dresch, Projeto de Lei n. 0014/2008, que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o programa Casa do Mestre, programa de incentivo à compra da casa própria pelos professores da rede pública de ensino.

Eu não tenho dúvidas, senhores, de que os colegas parlamentares irão apreciar com carinho esse nosso projeto e dar seus pareceres favoráveis. Afinal de contas, senhores, aqui no nosso estado de Santa Catarina nós temos um déficit de 179.794 unidades habitacionais, 154.716 no perímetro urbano e 25.078 no meio rural.

Nós sabemos que o governo federal liberou recursos, através da Caixa Econômica. Quero que fique registrado nos anais desta Casa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou disponível cerca de R\$ 20 bilhões para o ano de 2008, para as habitações, deputado Manoel Mota. Aqui, para o estado de Santa Catarina, está sendo disponibilizado R\$ 1 bilhão. Olha que maravilha!

Então, baseado nessas condições que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos dá, o nosso projeto cai como uma luva para os professores que tanto precisam das suas habitações. Tenho certeza de que o projeto irá contemplar os professores da rede pública de ensino para que eles tenham acesso a sua casa própria, fazendo também a parceria com a Cohab.

No ano passado v.exas. me ajudaram a aprovar uma lei para que toda madeira apreendida na região seja utilizada para fazer parceria com a Cohab, e sendo assim, toda pessoa que tiver necessidade de ter a sua casinha própria poderá tê-la.

Nós não temos sombra de dúvida de que esse projeto, sancionado pelo governo do estado, pode contemplar essa categoria que tanto precisa de amparo.

Sou professora por formação e me sinto no dever de levantar mais essa bandeira em defesa dos professores da rede pública estadual. O salário desses professores é pequeno e muitas vezes ele não consegue nem se alimentar direito, precisa de medicamentos, precisa adquirir móveis para sua casa, precisa de utensílios domésticos e é um Deus nos ajuda para tudo isso, porque o salário é pequeno.

Então senhores, gostaria de pedir o apoio de v.exas. para que, na tramitação desse projeto nas comissões, possamos estar unidos e dar esse apoio, apreciando com carinho esse nosso projeto de lei para que os professores da rede pública possam financiar a sua casa própria com desconto em folha das prestações.

Senhores deputados, nós não podíamos deixar passar em branco as visitas que estou fazendo aos seus bairros. Estarei na segunda-feira numa reunião da Unale, da qual faço parte da diretoria, e estarei visitando v.exas. para que possam se associar à União Legislativa dos Deputados Estaduais.

Muito obrigada pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, que na forma do Regimento Interno tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente deputado Julio Garcia, sras. deputadas e srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, as minhas saudações. Quero aqui destacar a importância de algumas reformas que o Brasil tem que fazer.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando assumiu em 1995, instituiu um grande número de reformas que colocaram o Brasil par a par com um grande número de nações em desenvolvimento e, certamente, à frente dos países emergentes.

O Brasil hoje se destaca não só pelo trabalho dos brasileiros, que sempre foi grande, mas, principalmente, pela organização social, política, econômica e financeira na parte que cabia ao governo fazer, fez e está fazendo, e graças a isso o nosso país hoje é destaque internacional pelos resultados que estamos tendo.

Agora, isso não foi de graça e também não foi devido apenas ao trabalho de todos nós, brasileiros. Isso foi devido a um conjunto de coisas. E aqui, como político, queremos destacar diversas reformas que foram implementadas, e ainda estão sendo, graças ao trabalho dos governantes. Eu faço aqui uma referência especial ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve a coragem e a capacidade de juntar forças para encaminhar essas reformas.

Mas agora todos nós estamos vendo que a reforma tributária é imprescindível e há que ser feita para buscar a equalização social e impedir as grandes diferenças sociais que existem, hoje - e elas são mantidas e estimuladas pela diferença de tratamento tributário que o governo dá.

A segunda reforma imprescindível, deputado Pedro Uczai, sem dúvida, é a reforma política: o número de vereadores, o financiamento público de campanha, a proibição das coligações, a discussão direta da questão da reeleição.

Vemos aí a questão do governador Luiz Henrique. Com esse processo, questiona-se a conduta de alguém que não era governador. Como não dava para incriminá-lo, porque ele não era governador, encontrou-se uma maneira de condená-lo por ações suas, como governador, mas que foram feitas no momento em que não era candidato.

Como é que dá para imaginar um governador que não estimule os empreendedores? Santa Catarina cresceu, no ano passado, 8% - e esses índices estão sendo revelados agora. No ano anterior, mais de 5%. E se continuarmos com esse desenvolvimento, vamos, sim, ser destaque no Brasil. Mas agora estamos sendo destacados porque temos um governador e um vice-governador que, graças ao entusiasmo que conseguem colocar... E só se consegue passar entusiasmo para as pessoas dizendo o que se fez, o que se faz e o que se fará, como fez o governo com aquele programa "Santa Catarina em ação". E pelo fato de o governo ter anunciado a todos aqueles que não viam tudo aquilo que ele fazia, hoje ele está sendo processado como se tivesse cometido um crime eleitoral - e o fez quando era governador e não candidato.

Ora, há que se pensar até onde essa lei eleitoral promove a justiça entre os candidatos. Hoje, praticamente todos os municípios de Santa Catarina têm investimentos - ou até por parte do governo. E, sem dúvida nenhuma, investimentos originários da iniciativa privada, mas que têm, principalmente, o estímulo do governo de Santa Catarina. E esse estímulo é feito de várias maneiras. Uma delas é levando entusiasmo e mostrando o que o governo fez, e faz, e qual é o potencial e o crédito que o governo tem. E Luiz Henrique fez isso muito bem, mas hoje está sendo processado eleitoralmente por esse crédito que conseguiu levar para os catarinenses.

Se nós temos esse desenvolvimento agora, não é à toa. Os mesmos catarinenses que vivem agora aqui, viviam há alguns anos. O que mudou foi a ação, o entusiasmo, a vontade de empreender que estava retida em tanta gente.

E com relação ao vice-governador Leonel Pavan, devo dizer que ele era senador durante os quatro anos, nem estava aqui em Santa Catarina, nem legislava sobre as coisas do governo. Participou da eleição como mero candidato e hoje pode simplesmente ser cassado. Sem ser ouvido, sem ter-lhe sido feito nenhum questionamento, pode simplesmente perder o mandato de vice-governador.

Por isso há, sim, que se fazer urgentemente algumas reformas. E a reforma política é uma dessas grandes e importantes reformas que temos que fazer.

Olhando processos de questões eleitorais, muitas vezes pensamos: o que será que um cidadão simples do interior, ou mesmo aqui da capital, que não participa do dia-a-dia da atividade política, ou da atividade judiciária, está entendendo disso tudo? Qual é o crédito que ele tem na Justiça a qual nós recorremos, pois é o apoio de todos? Passamos a questionar quem de nós que, sendo governador, faria uma investida tão grande para amanhã ou depois, quem sabe, ser simplesmente processado e perder o mandato por um crime que, muitas vezes, as pessoas têm até dificuldade de entender? Muitos têm dificuldade de entender o que é esse tal de crime eleitoral. Quem é que, sendo prefeito, irá depender da habilidade de quem apresenta um processo ou de quem dá o parecer àquele processo? E até nós, que podemos compreender melhor isso, confessamos que temos muita dificuldade de compreender onde estão os limites, os objetivos e a compreensão disso tudo!

Por isso, srs. deputados, a reforma política da qual tanto falamos está demorando muito para acontecer. Precisamos estimular parâmetros que todos consigamos entender! O governador, o prefeito, o presidente da República, através das suas ações, não fazem outra coisa, a não ser pedir votos. Através de qualquer ação do presidente, na verdade, ele está divulgando o seu trabalho, deputado Pedro Uczai! Um prefeito, através de qualquer ação sua, já está pedindo votos para a sua reeleição! Não precisa utilizar o verbo pedir. A ação dele já é nesse sentido - a do governador também, e assim por diante. Através de qualquer ação nossa, como deputados, já estamos, na verdade, pedindo votos para a próxima eleição.

Então, trata-se de uma campanha extemporânea. É por isso que o governador Luiz Henrique está sendo processado, ou seja, por uma campanha extemporânea, por uma campanha fora do tempo próprio. Ora, certamente, precisamos, sim, discutir e estabelecer parâmetros que pelo menos nós consigamos entender para assim, quem sabe, transmitir aos nossos eleitores quais são os pontos que todos precisamos respeitar.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até oito minutos. Logo após entraremos no horário reservado aos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, deputados colegas parlamentares, deputadas, visitantes que participam desta sessão.

Assomamos à tribuna para prestar contas da nossa viagem à Europa, entre os dias 3 e 14 de fevereiro. O objetivo central dela - e nós nos preparamos há alguns meses - foi compreender as diferentes experiências tecnológicas na área de energias renováveis. Por isso focamos a nossa viagem no sentido de compreender e buscar as melhores experiências do mundo na área de tecnologias de energia renovável. Estivemos na Alemanha e na Itália, e gostaríamos de fazer aqui uma síntese da nossa viagem, dizendo da sua importância e dos encaminhamentos que vamos tomar a partir dela.

Primeiro, queremos dizer que visitamos o Instituto de Energias Renováveis no norte da Alemanha, que está construindo todo um aparato público e articulado com empresas privadas para o desenvolvimento de políticas na área de energias renováveis.

Estivemos visitando o Centro de Tecnologia de Energias Renováveis, também no norte da Alemanha, constituído pelo poder público - 51% - e pelo poder privado - 49%. Então, trata-se de um Centro de Produção Tecnológica na área de energias renováveis, como energia eólica, energia solar, energia térmica e outras energias da biomassa. Essa experiência de um centro tecnológico mostrou a necessidade de o nosso poder público não só apoiar as empresas, mas produzir tecnologias. E foi por isso que percebemos que a Alemanha é um dos países que têm as melhores tecnologias do mundo na área da energia renovável.

Estivemos visitando a Biogas Nord, uma empresa que tem representação brasileira, inclusive, e está produzindo, na área do biogás, através de dejetos suínos, bovinos, extrato de milho ou outros dejetos, inclusive de lixo orgânico urbano, energia elétrica, energia térmica e fertilizantes.

Há meses tenho defendido a tese, inclusive desta tribuna, de que, lamentavelmente, as várias posições de técnicos aqui em Santa Catarina são no sentido de resolver o problema dos dejetos de suínos produzindo biogás somente, biodigestores. E nós nos convencemos agora, mais do que nunca, que só há razão para o biodigestor, se gerar energia elétrica, ou energia térmica, ou as duas energias, além da produção de fertilizantes. Eu me convenci de que existe tecnologia no mundo para dar essa resposta social, econômica e ambiental ao nosso estado de Santa Catarina.

Voltei convencido de que, se houver vontade política do governo, das empresas estatais e da organização da sociedade civil, há possibilidade de, a médio prazo, darmos uma resposta ambiental e econômica para os dejetos de suínos aqui do estado de Santa Catarina. Fiquei muito feliz de ter construído esse estudo e verificado *in loco* que existe tecnologia disponível para gerar a energia que tanto precisamos, e inclusive para manter a preservação ambiental, gerando renda para os nossos agricultores.

Também visitamos - e divulgamos à imprensa os nossos objetivos da visita, e foi tudo público - empresas de biogás e de energia eólica. Inclusive, tivemos a oportunidade de subir num instrumento que gera energia eólica, que chamamos popularmente de cata-vento, de 100 metros de altitude. E naquele espaço gera-se 1.8 megawatts de potência, ou seja, 1,800 milhão de quilowatts de energia através de uma única hélice de energia eólica.

A Europa, mesmo com um inverno prolongado, possui muita tecnologia na área de energia solar. E nós, que temos tanto sol, tanta biomassa, tanto vento aqui no Brasil, poderíamos buscar essas alternativas.

A PCH é uma experiência extraordinária de energia elétrica, de produção de alimento, de produção e repovoamento do rio com os peixes, com uma tecnologia simples. E eu me convenci da importância desse processo construído.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Depois concedo um aparte ao deputado Professor Grandó, que é especialista também na área ambiental. E fico feliz de v.exa. participar da minha fala, através de um aparte.

Por último, quero dizer que participei da feira agrícola na Itália, em Verona, sendo que um pavilhão inteiro era só sobre bioenergia. As tecnologias disponíveis em toda a Europa foram destinadas para produzir: energia solar, energia eólica, biogás, energia elétrica, energia térmica e PCHs.

Por isso volto feliz da Alemanha, da Itália, enfim, dos países que visitei, e prestarei contas através de um relatório detalhado, com fotografias, com material escrito em alemão, deputado José Natal, em italiano e em espanhol - o italiano e o espanhol são mais fáceis, mas o alemão é uma língua extremamente complexa e difícil.

Em maio, vamos realizar, junto com a Universidade Federal e com o apoio da Mesa Diretora, através do presidente da Assembléia e outras entidades, um grande evento aqui em Florianópolis, com a presença de especialistas europeus, alemães e italianos, para que possamos promover aqui no estado de Santa Catarina e no Brasil políticas e uma legislação nova para garantir a compra dessa energia.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Quero parabenizar v.exa. e dizer que nós, que tivemos a oportunidade de representar o Brasil e esta Casa, também prestamos conta, assim como o deputado Valmir Comin.

No mundo moderno, hoje globalizado, usa-se muito o termo replicar. Se dá certo num lugar, tem que dar em outro lugar. Se dá certo na Alemanha, nos Estados Unidos e na Austrália, tem que dar certo aqui.

E Santa Catarina é o estado que pode ser beneficiado por energias alternativas com o financiamento de crédito do carbono. Vejam que, na questão dos dejetos suínos, como relatou o deputado Valmir Comin, quatro empresas virão, sendo que cada uma gerará 30 megawatts aproveitando os dejetos do suíno, da galinha e do peru. Há também a questão do carvão e do saneamento.

Então, Santa Catarina realmente tem que investir na tecnologia moderna e na energia alternativa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, srs. deputados!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, desejo registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes, sr. Zezinho. É com muito prazer que o recebemos nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra com prazer a presença do vereador nesta Casa. Seja muito bem-vindo!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, líder da bancada, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, a bancada do PSDB nesta Casa, diante dos últimos acontecimentos em relação ao processo que tramita no Tribunal Superior Eleitoral e que envolve o governador Luiz Henrique da Silveira e seu vice, Leonel Arcanjo Pavan, declara-se solidária aos governantes do nosso estado. Acredita serem inverídicas e inverdadeiras as afirmativas lá constantes no processo, até porque tem uma história junto.

O PSDB foi o primeiro parceiro do PMDB e de Luiz Henrique da Silveira desde 2001, quando se iniciaram as conversações para as eleições de 2002. Lembro-me bem que, na época, Luiz Henrique da Silveira concorria com o então governador da época. E na condição de candidato, ele, Luiz Henrique da Silveira, pediu por diversas vezes a seu opositor, que ocupava o cargo de governador do estado, que se afastasse daquela posição para que a eleição pudesse ser igual, para que a eleição pudesse ser efetivamente transparente, para que a eleição pudesse ter candidatos em igualdade de condições para a disputa do pleito e assim, evidentemente, afastar de uma vez por todas o uso da máquina no pleito eleitoral.

Mas o então governador da época não atendeu ao apelo popular de se afastar, pelo menos, do governo para que a população de Santa Catarina pudesse ter claro que a eleição daquele ano seria transparente e em igualdade de condições. Não o fez, não se afastou, e permaneceu todo o período eleitoral usando a caneta de governador do estado e, de outro lado, disputando a eleição. E mesmo com a máquina ao seu lado, foi derrotado nas urnas, no primeiro e no segundo turnos, que colocou no governo exatamente aquele que pedia transparência, exatamente aquele que pedia igualdade de condições na eleição.

Na reeleição, em 2006, o PSDB continuava ao lado de Luiz Henrique e ajudava a formar a poli-aliança, para apoiar Luiz Henrique da Silveira, Leonel Arcângelo, de vice, e Raimundo Colombo para o Senado da República. Mas dessa vez aconteceu exatamente o contrário, a situação se inverteu, era Luiz Henrique da Silveira que no início de 2006 ocupava o cargo de governador do estado, era titular da posição, e aquele que foi derrotado no primeiro e no segundo turnos da eleição de 2002 se avizinhava como eventual adversário de Luiz Henrique da Silveira.

Porém, mesmo tendo a lei ao seu lado, mesmo estando acobertado pelo manto da Constituição, que permitia que o governador Luiz Henrique da Silveira permanecesse no cargo como governador, ele, Luiz Henrique da Silveira, deu uma demonstração de prova da sua lisura, das suas convicções políticas e até mesmo de seu cavalheirismo, quando ele próprio renunciou à chefia do Poder Executivo de Santa Catarina, dando a entender para todos os catarinenses que enquanto não tivesse as mesmas condições de 2002, na condição de candidato, contra alguém que estava ocupando o poder, ele saía do poder e oferecia a todos os candidatos a igualdade de condições na disputa de um pleito que se avizinhava dos mais importantes da história de Santa Catarina. E com esse gesto, Luiz Henrique proporcionou igualdade de condições aos seus opositores. Mesmo que um deles não tenha tido a mesma atitude na eleição de 2002.

Naquele momento, quando Luiz Henrique da Silveira renunciou ao cargo de governador, dispensando possíveis privilégios durante a campanha, tornou-se um exemplo para o Brasil, já que foi o único governador a tomar essa atitude ética. Ao seu lado estava o tucano Leonel Arcângelo Pavan, na época senador da República.

O fato é que mesmo fora do governo, Luiz Henrique da Silveira ganhou, mais uma vez, de forma legítima, o direito de ser reconduzido ao posto de governador do estado de Santa Catarina. Foi neste momento que a Coligação Salve Santa Catarina, derrotada nas urnas, mais uma vez no primeiro e no segundo turnos, resolveu tentar a sorte no tapetão, prejudicando a população catarinense.

A Coligação Salve Santa Catarina nada mais está fazendo do que instalar um clima de instabilidade no estado, questionando uma decisão tomada pelos eleitores, em voto secreto e direto. Até mesmo a idoneidade da imprensa catarinense foi questionada, a ponto de as próprias entidades representativas assinarem, em conjunto, nota oficial contra o parecer do ministro Ari Pargendler, do TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

A nota publicada nos principais jornais veiculados hoje foi assinada pela Acaert - Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, a ADI/SC - Associação dos Diários do Interior, e a Adjori/SC - Associação dos Jornais do Interior. Essas associações contestam o parecer do ministro, que diz o seguinte: "Toda essa mídia do estado de Santa Catarina, por meio de jornais, rádios, televisão e respectivas associações estiveram envolvidas nesta campanha".

Ora senhores, o maior patrimônio das entidades de comunicação é a credibilidade. Temos certeza de que essas acusações são infundadas. Até porque Santa Catarina é um exemplo no segmento de comunicação devido à qualidade e ao profissionalismo de seus veículos. A mídia nada mais fez do que garantir transparência ao governo Luiz Henrique da Silveira, um governo orgulhoso de suas realizações, que foram muitas, um governo de profundas transformações político-administrativas.

Luiz Henrique da Silveira olha com atenção para a realidade de nosso povo, lutando contra a litoralização, o êxodo rural, os bolsões de pobreza, a descaracterização cultural de nosso estado. Trata-se do governo da descentralização e da desconcentração, que valoriza todas as regiões do estado igualmente. O governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan criou e deu autonomia às secretarias de desenvolvimento regional. Enfim, o governo Luiz Henrique da Silveira inaugurou uma nova era na administração pública, uma nova mentalidade, uma nova concepção de gestão que merece ter continuidade.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar os deputados desta Casa, os telespectadores da TVAL, os funcionários.

Imagine, deputado Marcos Vieira, sem entrar no mérito do debate, do questionamento feito pelo PP, que as decisões nas urnas de Criciúma também foram do mesmo jeito, e lá não valeu para o deputado Décio Góes, que hoje ocupa esta Casa. E faço essa colocação, porque temos que fazer a análise do contexto como um todo. Esperamos que a Justiça delinear pelo melhor caminho, tendo em vista as defesas colocadas. Situação e mérito que não teve o nosso deputado Décio Góes, futuro prefeito novamente da cidade de Criciúma.

Ao mesmo tempo quero aqui fazer um breve esclarecimento, alertando o deputado Serafim Venzon, colega médico e tucano também de carteirinha, que depois da formulação feita pelo deputado Jandir Bellini com relação à sua preocupação com a ponte do rio Itajaí, em Navegantes, do acidente que ocorreu lá mais uma vez, não podemos partidizar o que está havendo, primeiramente, porque está comprovado pela Polícia Rodoviária que o acidente que ocorreu foi por excesso de velocidade; segundo, porque o que está sendo feito lá é uma reivindicação de anos e anos da sociedade de Navegantes e Itajaí pelos inúmeros acidentes; terceiro, porque aquela ponte, na duplicação de FHC, não foi concluída, e a passarela de pedestres não foi feita, como também não foi feito o muro de contenção que ela merece. Agora foi licitado, mas só não foi feito no início do ano. Inclusive, R\$ 1,2 milhão serão liberados pelo Ministério dos Transportes para a construção do muro de contenção e a passarela de pedestres. E não é cinta de metal como foi dito aqui.

Então, temos que elogiar o governo Lula e o João José, porque uma solução definitiva estará sendo feita naquela ponte, onde inúmeros acidentes ocorrem. Temos que enaltecer o resultado que está sendo efetivamente executado e não martirizar um acidente que infelizmente houve.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede uma parte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Jailson Lima. Ainda bem que v.exa. contestou e está abordando esse assunto novamente.

Antes de chegar à sessão plenária desta Casa, estive no DNIT também, para colher informações sobre o que aconteceu no acidente na ponte de Navegantes. Até estavam reunidos diversos policiais rodoviários que não entenderam a posição desse menino, que lamentavelmente estava em excesso de velocidade. Penso que até quis dar fim à sua vida. E lamento que isso tenha acontecido. Mas quero falar sobre os transtornos que estão ocorrendo de engarrafamento naquela localidade.

Sr. deputado Jailson Lima, isso é sinal de que o povo está tendo acesso a veículos, as pessoas estão andando mais de carro. E a recuperação de uma ponte dessa natureza, na BR-101, irá acontecer com transtornos, sim. E o que pedimos para a nossa comunidade é calma e paciência, porque para essas obras serem realizadas ocorrerá esse tipo de engarrafamento. Então, temos que ter paciência, cautela, para que essa ponte, há tanto tempo solicitada por diversos parlamentares, agora o governo do presidente Lula possa realizar. E temos que ver o lado positivo, que é o excesso de veículos nas nossas rodovias; portanto, temos que ter prudência quando trafegamos. Mas o governo do presidente Lula está realizando, sim, os trabalhos nas nossas rodovias catarinenses e federais.

Também quero enaltecer o trabalho do sr. João José, que não mede esforços, deputado Jailson Lima, para atender todas as pessoas que o procuram, dando explicações não somente aos órgãos de imprensa, mas para toda a pessoa que queira informações sobre as rodovias catarinenses. É um técnico de carreira do DNIT que está exercendo realmente uma função de destaque, mas a sua competência não pode ser questionada, porque ele é realmente o nosso braço do governo Lula no DNIT.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Mas gostaria também, neste horário do partido, de dizer que no dia 20, amanhã, o Besc estará de aniversário. E quero enaltecer todos os besquianos, deputado Pedro Uczai.

Amanhã, dia 20, o presidente Lula estará em Brasília retirando o Besc da sua caixa mortuária, o chamado PND, Plano Nacional de Desestatização, que era, na realidade, o plano de privatização do governo anterior, que estava sacramentando o enterro do Besc. Amanhã, o presidente Lula estará tirando o Besc desse martírio. E aí quero parabenizar todos os besquianos e a instituição, que terá uma segunda data de aniversário dia 20 de março.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Por isso, como deputado do Partido dos Trabalhadores, deputado José Natal, concedo o aparte a v.exa., parabenizando todos os besquianos e o encaminhamo que está sendo dado a essa instituição que hoje é lucrativa.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado, nesta linha de raciocínio, quero incluir nesse contexto o esforço do governador Luiz Henrique da Silveira e sua equipe de trabalho para que isso acontecesse. Não é o que os besquianos queriam, mas com certeza absoluta é o menos pior para todos.

Mas quero dizer em defesa aqui do engenheiro do DNIT, o nosso amigo João José, que ele tem feito grandes coisas por Santa Catarina na área pela qual é responsável. Aquela obra que está acontecendo em Navegantes, tão solicitada pelos srs. deputados, aqui, no decorrer do ano passado, tinha que acontecer. Agora, os transtornos com veículos é devido ao grande número do tráfego pelas BRs deste país, e a BR-101 é a mais congestionada de todas. E isso tinha que acontecer, lamentavelmente. A obra poderia ser de uma forma mais acelerada? Acredito que não. O concreto tem prazo de cura, e existem muitas outras situações.

Então, em defesa realmente dele, que tem feito um trabalho muito bom, à frente daquele órgão, para nós da região de Santa Catarina, é que digo que temos que ter paciência para a obra poder acontecer. E os transtornos advêm, realmente.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado José Natal, o processo de licitação daquela obra da ponte de Navegantes está previsto para 180 dias. O engenheiro João José chamou a empresa pedindo para que trabalhasse aos domingos, nos finais de semana e principalmente tentasse concluir aquilo em 120 dias.

Não poderíamos também deixar de ressaltar, neste momento, a pesquisa que houve ontem. O nosso presidente da República está tendo um índice de aprovação que tem ultrapassado todas as expectativas, demonstrando o cenário de mudanças no contexto deste país. Não tem tapioca que derrube o presidente da República. Criam-se problemas, estigmas, tentando macular a imagem de um homem que está mudando a história deste Brasil, de uma conjuntura econômica. E é por isso que me orgulho de aqui apresentar o projeto, dando a ele o título de Cidadão Catarinense.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos. Aliás, deputado, ontem estive na sua terra, no município de Imbuia, a Princesinha do Vale.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, estaremos novamente lá, deputado Peninha, de 28 a 30 de março, na Festa do Milho Verde.

Quero abordar um tema aqui que, via de regra, passa meio que despercebido neste nosso debate no Poder Legislativo. Temos acompanhado pelos meios de comunicação notícias acerca do furto de computadores ou de um computador da Petrobras. Fala-se ainda da possibilidade de esse computador conter informações importantes, estratégicas, da Petrobras, sobre o campo de petróleo de Tupi, recentemente descoberto.

Quero, então, ler uma reportagem, uma breve notícia da *Folha Online*, feita pelo jornalista Cirilo Junior, cujo título é: Petrobras confirma furto de informações sigilosas.

(Passa a ler.)

"A Petrobras confirmou nesta quinta-feira, na semana passada, que dados sobre pesquisas sísmicas, que podem incluir a descoberta de petróleo e gás, foram furtados de um contêiner da empresa. Segundo a estatal, as informações eram sigilosas e relevantes. A Petrobras informou apenas que o furto foi feito de uma empresa terceirizada, prestadora de serviços, mas não citou nomes. Segundo fontes ouvidas pela *Folha Online*, o contêiner era transportado pela norte-americana Halliburton.

Segundo a Petrobras, o furto ocorreu no início deste mês, e a investigação está sob sigilo. Uma missão especial da Polícia Federal no Rio, em conexão direta com o comando da PF em Brasília, estaria no caso.

Na ocasião do crime, o caminhão da Halliburton se dirigia a Macaé(RJ), rumo à base de operações da estatal na Bacia de Campos, transportando equipamentos, quando ocorreu o furto dos dados, que estariam em um disco rígido, em computadores portáteis. A estatal não informou detalhes sobre o conteúdo dos dados roubados nem se continham números sobre o megacampo de Tupi, na Bacia de Campos. A Petrobras também evitou comentar detalhes do furto, mas disse que possui cópias das informações.

A Halliburton é uma das principais empresas prestadoras de serviços para o setor petrolífero do mundo e teve como um de seus executivos o vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney."

Bom, a notícia continua e fala do potencial do campo de Tupi que, inclusive, começa no litoral catarinense e vai até o Espírito Santo. Talvez seja um dos maiores descobertos nos últimos sete anos em todo o mundo, com certeza, o maior campo de petróleo já descoberto pela Petrobras, no Brasil. E de repente passa despercebido como se fosse uma mera notícia, como se fosse menos importante do que os cartões corporativos ou menos importante do que qualquer outro episódio de nossa política, talvez, a nossa combalida política nacional.

É preciso dizer que essa é uma situação muito grave, que o poder político, inclusive o de Santa Catarina, precisa se preocupar com isso. Evidentemente que o furto dessas informações é muito grave e envolve interesses dos monopólios internacionais, interesses de estado, do imperialismo.

O vice-presidente dos Estados Unidos está ou esteve à frente dessa empresa Halliburton e ela consegue andar com contêiner contendo computadores com informações estratégicas da política energética nacional. Naturalmente que a sociedade brasileira tem que prestar atenção a esse detalhe e tomar tento para evitar que nós percamos de vez a nossa soberania nacional; percamos a possibilidade de definir os rumos da política energética brasileira.

Mas nós voltaremos a tratar desse assunto, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Esta Presidência anuncia a presença, neste plenário, do ex-deputado Dionei Walter da Silva, do município de Pouso Redondo, mas que agora mora no município de Jaraguá do Sul.

Seja bem-vindo a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, ex-deputado Dionei Walter da Silva, nosso coterâneo de Pouso Redondo, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Digital, é evidente que o assunto que me traz à tribuna na tarde de hoje não poderia ser outro senão aquele que desde a última quinta-feira é, com toda a certeza, o assunto mais comentado de Santa Catarina.

Nós estamos percebendo, deputado Pedro Uczai, que as estratégias de defesa e de explicações do governo mudam como o vento. O presidente Eduardo Moreira mudou, somente na última sexta-feira, a sua estratégia durante três vezes no mesmo dia. De manhã fez uma afirmação, ao meio-dia outra e à noite já dava outra versão acerca do julgamento do governador Luiz Henrique da Silveira e do vice Leonel Pavan.

Em primeiro lugar, é preciso deixar muito claro que o governo está fazendo um esforço sem tamanho para tentar politizar e partidizar essa questão, deputados Pedro Uczai e Kennedy Nunes.

Nós não vamos morder a isca! Fique alertado o governo de que não mordemos a isca na noite de ontem, na TVCOM, no programa *Conversas Cruzadas*.

Fui convidado, na última sexta-feira, para participar de um debate com o presidente fujão Eduardo Pinho Moreira, na noite de ontem, na TVCOM, e me surpreendi, ao chegar lá, por não ter encontrado com o presidente, que dizia estar em Brasília, mas que no mesmo momento era visto, inclusive pelo colunista Moacir Pereira e outros, saindo do Palácio da Agrônômica. Estava mentindo, portanto, ao grupo RBS e aos catarinenses.

Mas lá estive, deputado Reno Caramori, no horário programado. Evidentemente que como o presidente não estava, também não participei do programa. Vou debater como presidente do partido e debateria com o líder do governo, deputado Herneus de Nadal, que teria sido cogitado para participar durante o dia. Mas não iria debater com outro porque aquele espaço não é o espaço do debate político. O espaço do debate político é esta Casa.

A questão que o governo faz questão de frisar é que o PP estaria cassando o governador Luiz Henrique!

Ora, srs. deputados, isso é brincar com a inteligência do povo!

Já deu para perceber claramente qual é o jogo, deputado Silvio Dreveck! Querem tentar sensibilizar o eleitor certamente para a alternativa da renúncia que está sendo cogitada, sim! Basta seguirem o conselho do dr. Jorge Konder Bornhausen que consta da coluna do jornalista Cacau Menezes, do dia de hoje.

Querem partidizar essa questão é um grande erro de estratégia!

Quem está cassando não é o PP, quem está cassando s.exa., o governador do estado, e o seu vice, é a mais alta Corte Eleitoral deste país: o Tribunal Superior Eleitoral, e até aqui a unanimidade disse que a denúncia do Partido Progressista da coligação Salve Santa Catarina tinha procedência.

Não somos nós, portanto, deputado Reno Caramori, que estamos cassando. Não temos o direito de cassar ninguém!

Nós, inconformados com o resultado da eleição, porque vimos durante o seu transcurso o uso e o abuso da máquina, como nunca se viu neste estado, de dezembro de 2004 a abril de 2006 pelo sr. governador Luiz Henrique da Silveira e durante o período da campanha pelo seu preposto, o governador bem aposentado Eduardo Pinho Moreira. Este último chegou ao escândalo de encaminhar a esta Casa, três dias antes do segundo turno, o projeto de lei que constava do programa eleitoral, a concessão de isenção de IPVA às motocicletas com até 200 cilindradas, copiando uma proposta de campanha do candidato Esperidião Amin.

A chantagem emocional que está tentando fazer, s.exa., o governador é um absurdo! Ele mandou uma carta choramingando dizendo que vai pedir a d. Ivete vender o carro para pagar os advogados! Mas o que é isso?! Quanto custa o carro da d. Ivete? Por que a defesa de um advogado de Brasília, deputado Décio Góes - v.exa. que teve que ir lá contratar esse tipo de serviço por conta de uma ação comemorada do dr. Eduardo Pinho Moreira -, não custa menos de R\$ 2 milhões, R\$ 3 milhões, R\$ 4 milhões. Que Ferrari é essa da d. Ivete?

Além do mais, deputado Silvio Dreveck, nas ações que o governador Luiz Henrique da Silveira protocolou durante a campanha contra Esperidião Amin, e foram oito ações, em nenhuma delas o advogado acusador era de Santa Catarina. Em todos os processos eram advogados de São Paulo. Será que foram carros da primeira-dama vendidos para pagar aqueles advogados também? Isso é chantagem barata! Isso é chantagem emocional!

Falar em tapetão, o PT e o povo de Criciúma que o digam! O deputado Décio Góes não foi legitimado pelas urnas! O deputado Décio Góes ganhou com uma diferença de quase 10%, deputado Pedro Baldissera, enquanto que a de Esperidião Amin e de Luiz Henrique da Silveira não chegou a 3%. Ai valia! Para favorecer Eduardo Pinho Moreira e o PMDB, cassam o Décio Góes! Quando é contra, o PMDB e o Eduardo Pinho Moreira não pode, é tapetão! Ora, será que o PMDB pensa que está acima da lei, do bem e do mal?!

E fiquei assustado até ao ler na coluna de Moacir Pereira, no dia de hoje, que uma reunião de emergência teria ocorrido com o senador José Sarney.

Na sexta-feira, o deputado Michel Temer disse que todos os esforços políticos e jurídicos serão empreendidos para reverter a decisão.

O dr. Eduardo Pinho Moreira falou hoje: "Não tem cassação. Existem manobras jurídicas que podem, sim, reverter o processo." Isso tudo me assusta, deputado Décio Góes.

No mérito ninguém entra. Insistem em dizer que o PP está cassando. Quem está cassando, por unanimidade, é a Justiça eleitoral brasileira na sua mais alta Corte. E não é verdade que esse processo já passou pelo TRE! Esse processo foi apresentado diretamente ao TSE. Esse não foi julgado aqui. Aquele outro que foi julgado aqui e o governador ganhou por quatro a dois está lá ainda. Se ele escapar desse tem mais um ainda para responder. Não é verdade! Esse recurso é ingressado diretamente no TSE. Estão tentando confundir você, cidadão. Estão tentando confundir o cidadão catarinense.

Legitimidade do resultado de uma eleição fraudulenta, dizem os juizes! E vale a pena a leitura dos votos. E vou trazer aqui, até o final desse processo, a leitura na íntegra dos três votos até aqui proferidos. Votos que não podem ser questionados como sua excelência, o governador do estado, questionou na mesma carta, dizendo que esses três juizes não têm discernimento. São juizes da mais alta Corte eleitoral que merecem o maior respeito e com certeza têm discernimento.

Mas nós não vamos morder a isca nem comemorar. Nós vamos continuar confiantes na Justiça eleitoral brasileira e vamos aguardar a decisão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

Antes, quero anunciar a presença, nesta Casa, do presidente do PMDB de Brusque João Beuting.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, prezada deputada Odete de Jesus, é com tristeza, e tenho certeza de que este é o sentimento de todos que conhecem a pessoa de Luiz Henrique, não o governador, que assumamos a tribuna no dia de hoje para comentar o que estão falando pelos corredores em Santa Catarina. E é triste porque o nosso estado vive um grande momento na sua economia, um grande momento nos investimentos públicos, especialmente na região oeste, em acessos asfálticos, em atenção às pessoas, em termos de expectativas futuras para as pessoas que moram em nosso estado.

Estão aí todos os organismos nacionais e internacionais premiando seguidamente o nosso estado pelo que é e pelo que pode ser. E para quem conhece e quem convive com o governador Luiz Henrique, seus adversários, seus críticos, podem dizer qualquer coisa, mas não podem dizer que ele é um democrata, é uma pessoa honesta e extremamente trabalhadora.

Sem entrar no mérito da questão jurídica, que tem que ser respeitada, tanto o processo em si quanto o direito de quem ingressou com a ação têm de ser respeitados também. Mas existem duas justiças: a justiça legal, aquela que se baseia nas leis, e a justiça divina, a qual tenho certeza que fará com que o governador Luiz Henrique possa ter sucesso ainda lá no TSE, porque quem usou aqui a tribuna já falou como se o processo já estivesse acabado ou julgado. Mesmo que os sete membros do TSE votem da mesma forma, o processo não está concluso.

É cláusula da nossa Constituição que qualquer cidadão só pode sofrer alguma pena após o processo transitar em julgado e nós temos várias instâncias e vários meios jurídicos para serem buscados com toda a legitimidade. Assim como aqueles que entenderam, de forma contrária buscar, quando foram derrotados aqui no TRE, uma instância superior. É legítimo que o façam. Agora, não é legítimo acreditar que os ministros que votaram nessa direção são os que detêm a verdade absoluta e aqueles que possível e preventivamente poderiam votar ao contrário estão desassociados da realidade.

Eu, sinceramente, acredito na reversão do processo, seja no TSE, seja no TSF, seja através daquilo que todos nós conhecemos como democracia. Eu acho muito triste, como disse no início, estarmos fazendo esse debate aqui na Assembléia.

É um estado que prima pela questão democrática sendo praticada na sua plenitude e a plenitude da democracia é o respeito às urnas; a plenitude da democracia é o respeito à vontade do povo e, com toda a sinceridade, podem usar o argumento jurídico que quiserem, não venham me dizer que os argumentos propostos mudaram a intenção do eleitor catarinense. Não venham me dizer que os mais de 520 mil votos no primeiro turno ou os 170 mil pessoas no segundo turno foram influenciadas por esse ou aquele gasto feito em comunicação. Aliás, em valores absolutos, se formos buscar lá em 2001, 2002, vamos encontrar valores muito parecidos ou superiores a esses aplicados.

Então, não venham me dizer que essa vontade do eleitor foi modificada em função dessa atuação. Se ela não foi modificada, tem que ser respeitada. E respeitar a vontade do eleitor é ver quem cumpre com honestidade, com seriedade; é ter o seu mandato concluído dentro do que preceitua aquilo que foi levado ao eleitor através das urnas.

O verdadeiro fórum para disputa eleitoral não são os tribunais quando se acusa alguém de corrupção, quando o dinheiro público é malversado. Mas numa questão como essa me entristece debatê-la não pelo desgaste político, porque isso é transitório, mas me entristece por estarmos falando da pessoa do governador Luiz Henrique, que, com toda a sinceridade, não merecia estar passando por isso que está passando hoje.

Nós, na maioria das vezes, fomos adversários. A nossa coligação com o PMDB é recente, pois estamos falando de partido. Mas eu o respeito pela pessoa pública com cinco mandatos de deputado federal, duas vezes prefeito de Joinville, governador eleito e reeleito, sem nenhuma mácula em seu histórico e na sua biografia, não merecia passar pelo que está passando. Independente do seu desfecho, o seu resultado vai machucar menos do que a mácula que vai ficar em sua biografia e é por isso que estamos todos tristes.

O final do processo a Deus pertence, talvez mais até do que aos próprios juizes. E eu torço muito para que seja favorável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sra. presidente deputada Ana Paula Lima, só gostaria de pedir permissão a v. exa. para registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de José Boiteux, sr. José Luis Lopes, e do vereador Jonas Pudewell, que se encontram aqui no plenário.

Muito obrigado, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Que os senhores tenham uma boa estada na capital do estado de Santa Catarina e que sejam bem recebidos no Parlamento catarinense.

Com a palavra o deputado Herneus de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sra. deputada Ana Paula Lima, que preside esta sessão, sras. deputadas e srs. deputados, o nosso estado é fantástico, é extraordinário; o nosso estado tem o menor índice de analfabetismo do país; o nosso estado, através das várias atividades de inúmeros segmentos produtivos, alcança uma renda *per capita* anual de US\$ 8.500 mil, superior ao México, superior ao Chile. A longevidade dos catarinenses é de mais de 75 anos, quando a média nacional é de 68. Santa Catarina é o sexto maior exportador deste país. É um estado pujante, é um estado forte, tem o menor índice de criminalidade, dentre todos os estados da nossa federação.

Santa Catarina é essa pujança, é forte, se destaca em todos esses índices por conta do trabalho de muitas mãos; do trabalho do povo que está lá no campo; do trabalho de quem trabalha na cidade; por conta do empresário; por conta do profissional liberal; do prestador de serviço e de todo o servidor público de tantos e tantos segmentos.

Mas também se destaca, sra. presidente e srs. deputados, pela forma ousada, firme, séria e retilínea, que tem o governador Luiz Henrique da Silveira na condução do Poder Executivo de nosso estado, atuando, funcionando não só com os compromissos, com a obrigação de levar atendimento ao nosso povo, mas também como um animador, como um fomentador, fazendo que com a sua vibração surjam novos investimentos, novos negócios a cada dia, a cada hora, a cada minuto, aqui no chão barriga-verde.

Por isso mesmo, sras. deputadas e srs. deputados, é que essa ação, proposta por um integrante da coligação que não logrou êxito nas últimas eleições, traz um prejuízo muito grande não só a esse homem sério, competente, com 40 anos de vida pública, um verdadeiro estadista, mas traz prejuízos imensuráveis à economia de Santa Catarina e ao povo catarinense, colocando o nosso estado em condições que com certeza nenhum de nós quer e deseja, muito menos o povo catarinense.

Assisti ao debate ontem à noite, e pela primeira vez na história vi o delegado de uma coligação começar o debate pedindo desculpas, preocupado com a repercussão no povo de Santa Catarina que avalia este momento. Fazia a afirmação: "a ação é pessoal". Depois dessa afirmação, dizia que a ação é pessoal do delegado da coligação. Ora, se é delegado da coligação, a ação não é mais pessoal, é da coligação.

Tive e tenho a impressão de que a manifestação foi de astúcia, foi de esperteza política, para que as declarações que chegam a todo momento, de todos os segmentos produtivos de Santa Catarina, não alcancem o seu partido e os seus líderes que procuram, através da Justiça, retirar o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Leonel Pavan do posto a que foram conduzidos, que foram colocados pela decisão soberana da nossa população no segundo turno das eleições passadas.

No primeiro turno dessas eleições, não com o aperto de mais de 20 mil votos, mas, sim, com 500 mil votos de vantagem. Depois, no segundo turno, com 186 mil votos de vantagem. O povo elege e reelege, mas assim como elege também destitui, é assim que funciona a democracia, é assim que deveria funcionar.

No entanto vejo e propala-se a todo o momento e a toda hora, que o destino do governador Luiz Henrique da Silveira já está selado. O processo, no Tribunal Regional Eleitoral, favorece, absolve tanto o governador como o vice-governador do estado. O processo que tramita em Brasília é inconcluso, é um processo ainda não concluído com três votos, restando ainda quatro. Não se pode fazer projeções, os ministros vão julgar com independência, com autonomia, com justiça, e a justiça vai fazer com que o governador Luiz Henrique da Silveira possa continuar a governar o estado de Santa Catarina e a realizar obras importantes em favor de nossa população. Muitas e muitas afirmações são feitas. Muitas delas, inclusive, frente a frente com deputados que sabem dos fatos, porque os acompanharam e vivenciaram, e à época estava o deputado Décio Góes na prefeitura.

Foi afirmado que o deputado Décio Góes teve o início da ação pelo PMDB. Quem deu início à ação não foi o PMDB, o partido foi chamado pelo PP para participar da ação contra este nobre deputado que nos dá a honra e a alegria de estar aqui conosco. Por isso que muitas e muitas vezes as palavras ditas aqui da tribuna precisam receber, não a manifestação de um único lado, não uma única verdade, mas a realidade dos fatos, dos acontecimentos que cercaram o episódio.

Por isso, srs. deputados, o governador Luiz Henrique da Silveira permanece tranquilo e com a sua agenda inalterada; o governador vai estar no domingo inaugurando, no município de Quilombo, ligando a Santiago do Sul, mais uma obra asfáltica. O governador Luiz Henrique da Silveira tem obras para mostrar. São mais de 30 acessos asfálticos aguardados, esperados por mais de 50 anos. São iniciativas em vários setores, é o aumento de recursos para a descentralização da Udesc, para os investimentos dos nossos hospitais do interior, são as obras importantes em nossas escolas, são ações que colocam o nosso estado nos patamares, na posição invejável em que se encontra.

Mas também é verdade, deputado Manoel Mota, que o governador Luiz Henrique da Silveira se recente, como todos nós, ao responder um processo, principalmente quando por iniciativa de um integrante da coligação que não alcançou o resultado positivo nas últimas eleições e nem nas penúltimas, e que o acusa de ter utilizado uma verba de R\$ 52 milhões em seu favor na publicação de atos institucionais.

No entanto, sr. presidente e srs. deputados, vejam como muitas vezes é fácil e o povo catarinense pode ver, a TVAL pode mostrar, pode focar esse documento. O governador está sendo acusado de ter investido, na divulgação dos atos da administração, R\$ 50 milhões por ano em 2002, ano eleitoral, e o documento é do Tribunal de Contas. O nosso antecessor gastou R\$ 62.462.404.931,08 em publicidade.

Como é fácil apontar o dedo! E graças a Deus, deputado Manoel Mota, para o governador Luiz Henrique ninguém levanta o dedo fazendo qualquer acusação com relação à destinação de recursos públicos, ao aproveitamento indevido de recursos públicos. O governador Luiz Henrique da Silveira está sendo processado com julgamento inconcluso, por conta de divulgação de atos oficiais com valores menores daqueles gastos em 2002 por quem nos antecedeu.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! Quero ouvir v.exa., temos dois minutos ainda e quero ouvir meu líder.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado Herneus de Nadal, líder do governo nesta Casa e quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, com um conteúdo real, para mostrar para a sociedade como é fácil fazer discurso neste Parlamento, muitas vezes sem lembrar que conhecemos a história de cada um que por aqui passou.

Acusar aquele que realiza, aquele que faz, é fácil! Agora saibam que não temos a memória tão curta para não termos conhecimento que em 2002 o ex-governador, que agora, com esse processo - e ficam brabos quando digo isso - está querendo buscar no tapetão o governo que não ganhou nas urnas, pois foi derrotado por três vezes, foi derrotado na eleição passada no segundo turno, e na última eleição também, nos dois turnos foi derrotado nas urnas pela população catarinense.

Luiz Henrique foi o único governador da federação que renunciou ao mandato, para disputar de igual para igual com outro cidadão. É homem ético!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Manoel Mota, nós estamos com o tempo encerrando, se me permite v.exa., gostaria de confirmar dizendo que foi o único governador do nosso país que renunciou ao mandato, e o governador, o estadista Luiz Henrique da Silveira, vai cumprir o mandato, porque a Justiça vai permitir e porque Santa Catarina quer continuar a crescer e se desenvolver com certeza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada sr. deputado Herneus de Nadal.

Fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia, conforme determina o art. n. 102, do Regimento Interno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0521/2007, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Mafra (implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0523/2007, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (instalação da Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0044/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui o parcelamento do pagamento de multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Segurança Pública.

Em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público catarinense que nos acompanha através da TVAL, colegas da imprensa, funcionários desta Casa de Leis.

Este projeto, deputado Manoel Mota, já esteve aqui e foi aprovado, e num primeiro momento a comissão de Constituição de Justiça decidiu não ser possível a sua aprovação, alegando inconstitucionalidade. Lembro-me que quando trouxemos ao Plenário essa discussão também alegou-se a inconstitucionalidade. Quando foi aprovado neste Parlamento projeto parecido, deputado Pedro Uczai, entraram com uma Adin, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, só que a ação não prosperou, porque o Supremo Tribunal acredita que é possível fazermos esse tipo de lei porque não é renúncia de receita. Não é renúncia de receita!

Esse projeto, deputado José Natal, não está pedindo o perdão a quem cometeu a infração. A única possibilidade que o projeto concede, com a emenda substitutiva, ao infrator, é a possibilidade de parcelar o valor de suas dívidas em até três vezes, assim como é feito no licenciamento de seu veículo, o IPVA. O que acontece? Por exemplo: se eu quero pagar o IPVA do meu carro que vence em janeiro, até o dia 10 de janeiro posso pagar em até três vezes, com o vencimento em 10 de janeiro, 10 de fevereiro, 10 de março. Se eu não pagar até o dia 10 de janeiro, tenho que pagar na sua totalidade no dia 31 de janeiro, que é o último dia do mês em exercício. Esse projeto prevê a mesma questão. Para quem usa as teclas Ctrl 'c' e Ctrl 'v' do computador, é mesma situação para quitar o valor das multas de trânsito.

O que nós estamos tendo, deputado Edison Andriano? Estamos tendo os pátios das polícias militares lotados de automóveis que foram pegos em blitz, e para tirar de lá é preciso quitar as suas multas, cujo valor, muitas vezes, é maior do que o valor do próprio carro, e o estado tem que começar a guardar esses carros, mas o estado não tem a preocupação ou a obrigatoriedade de guardar carros, nós temos que guardar os cidadãos.

Então, é só para deixar claro e estamos pedindo a todos os parlamentares que deem um voto favorável. Essa não é uma vitória minha, é uma vitória deste Parlamento e das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança. Então pediria que todos os deputados dessem o voto favorável, porque além de não ser renúncia de receita, vai dar a possibilidade ao estado de cobrar a multa e aumentar ainda mais a receita estadual.

Esse projeto é de extrema importância para todos os cidadãos catarinenses, motoristas que ao infringirem a lei terão a oportunidade de parcelar a multa em até três vezes. Por isso eu peço aos nobres deputados o voto favorável para que possamos estar dando essa oportunidade aos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0065/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS -, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0146/2007, de autoria do deputado Gelson Merísio, que altera a Tabela III da Lei n. 7.541, de 1988, que dispõe sobre as taxas estaduais e adota outras providências.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - É apenas para que a população de Santa Catarina possa ter ciência do projeto, e também os srs. parlamentares, porque quando se fala em alterar a tabela de taxas, pode-se imaginar que se está pretendendo aumentar algum tipo de taxa. Não é o caso do projeto. Ele visa criar condições de que os frotistas de Santa Catarina, e todo cidadão que entender necessário, quando fizerem os seus documentos do veicular, possam optar em ter a segunda via já no ato da elaboração da documentação, pagando apenas a taxa do papel, que é de R\$ 8,00, mais ou menos.

O que ocorre hoje? Com a mudança da legislação do Denatran, é proibido se utilizar o recibo autenticado, como era feito no passado. Antes se tirava um xerox do documento e a autenticação valia como um documento, e hoje isso não vale mais.

Então, especialmente os frotistas têm que tirar uma segunda via, pagando R\$ 89,00 para cada segunda via retirada. E esse projeto prevê que na elaboração da documentação a pessoa pode requerer a segunda via, apenas com o custo de R\$ 8,00 para o consumidor, que é o condutor do veículo.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0456/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0650/2007, de autoria do deputado Décio Góes, que denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, conforme requerimento assinado por todos os líderes, apreciaremos também o Projeto de Lei n. 0494/2007.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0494/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara o município de Campo Alegre Capital Estadual da Ovelha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados e sra. deputada, acabamos de votar o projeto de lei que denomina Vale da Uva Goethe a região compreendida pelos municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza.

Gostaria de dizer que naquela região se desenvolveu uma uva típica, única, que deixou famoso o vinho branco de Urussanga. Trata-se da uva Goethe e com ela foi desenvolvida uma série de vinhos com qualidade muito específica, muito local, com sabor extremamente frutável, delicado, um vinho muito especial e muito característico, fruto dessa uva tão singular.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sr. deputado, eu lhe concederei mais 30 segundos para concluir.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado, sra. presidente.

Então, quero agradecer aos deputados e às comissões pela tramitação dessa matéria. Essa é uma luta da Associação Pró-Goethe de Vinho, que está buscando a indicação internacional dessa uva. E certamente essa lei irá ajudar muito nessa conquista.

Muito obrigado.!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Certamente, sr. deputado, esta Casa aprovou, por unanimidade, este projeto de sua autoria. Parabéns pela iniciativa!

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0009/2008, de autoria do deputado Genésio Goulart, e 0010/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Renato Hinnig, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente do Grupo RBS, cumprimentando-o pela campanha "Violência no Trânsito: Isso tem que ter fim".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fundação Catarinense de Desportos, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Desportista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Tangará, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Empresarial de Criciúma, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, cumprimentando-o por ocasião de sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - Amosc -, cumprimentando-o pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara de Vereadores de Turvo, cumprimentando-o pela inauguração da nova sede.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, São Miguel d'Oeste, Vidal Ramos, Xaxim, Piratuba, Itapiranga, Tangará, Capinzal, São Carlos e Xanxerê, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas - CNDL -, cumprimentando-o por ocasião de sua posse.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos de Piratuba, Capinzal, Xaxim e Videira, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Xaxim, Tangará, São Carlos e Garopaba, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pela posse dos novos juízes substitutos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da RIC - Record de Florianópolis, cumprimentando-o pela formação da nova rede de comunicação catarinense.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Brasil Telecom, solicitando a ampliação da rede de telefonia no município de Santa Rosa de Lima.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente do Besc, solicitando a manutenção da atual sistemática de atendimento do posto bancário do município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-presidente da Casan, solicitando a ampliação e a desobstrução dos poços de visita do bairro Monte Cristo, em Florianópolis.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Quería, antes de concluir essa questão dos requerimentos...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não é sobre este tema, deputado Décio Góes?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Não! É sobre o Requerimento n. 0054/08, de autoria da deputada Ada De Luca, pois estava esperando para falar com ela para ter a autorização para subscrever a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada

Ana Paula Lima) - Creio, sr. deputado Décio Góes, que não haverá nenhum problema, porque a deputada Ada De Luca nunca negou a assinatura a nenhum parlamentar. Creio, inclusive, que só vai somar com a sua assinatura nesse requerimento.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão o requerimento do sr. deputado José Natal. E ele certamente vai querer discutir o seu requerimento, com muita veemência.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente e srs. deputados, essa questão foi levantada pela RBS TV, numa reportagem no domingo retrasado, no programa *Estúdio Santa Catarina*, retratando a situação em que encontra o bairro Monte Cristo, na divisa de São José com Florianópolis.

PV, na linguagem dos entendidos, são Poços de Visitas da rede de esgoto fluvial. O grande problema é que a rede de esgoto daquela região, do município de São José, na sua maioria, sra. deputada e srs. deputados, é feita com tubos de PVC de 100 milímetros. E eles também foram colocados, na sua totalidade, através de

gravidade, de queda do terreno. Com o passar do tempo, a maioria da população tem o costume de jogar a gordura dentro de pias e ralos. Os próprios bares e restaurantes pegam as gorduras utilizadas nas frituras e colocam-nas no ralo da boca de lobo, e aquilo vai para a rede de esgoto, criando uma parede de gordura muito grande. E, volto a dizer, os tubos são colocados através de gravidade, de queda, e a gordura se desloca e encurta a vazão de potência de água da rede de esgoto fluvial.

Então, por esse motivo é que estou enviando esse requerimento a Casan, no sentido de dar um socorro àquela população, porque o que foi mostrado na semana retrasada, através do *Estúdio Santa Catarina*, é calamitoso.

E isso é fácil de ser resolvido: é só levar até lá um caminhão hidrojetado para colocar um manete, como é chamado, daquele caminhão na primeira boca de lobo, ou no PV, que começa onde são depositados os dejetos na rua Josué di Bernardi, um a um até lá em cima no Monte Cristo, e será solucionado o problema daquelas pessoas. Não adianta levar o caminhão hidrojetado para sugar só a situação daquela boca que está entupida, pois vazará no meio da rua e prejudicará a saúde das pessoas e das crianças. Isso não vai resolver. Pelo fato de a rede ser feita através de gravidade, tem que iniciar na vazão final, onde é depositado. Aí, com certeza, lograrão êxito e irão ajudar as pessoas em todas as situações, principalmente nas condições de saúde daqueles que lá residem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, sr. deputado.

Continua em discussão o requerimento.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviada à Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e ao desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, manifestando apoio e concordância às decisões recentes sobre as políticas de ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a avaliação no sentido da dispensa aos idosos com menor renda do pagamento do Imposto de Renda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando uma avaliação no sentido da isenção do pagamento da contribuição previdenciária pelos aposentados que retornam ao labor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente da República, solicitando a alteração dos critérios de reajuste das aposentadorias e pensões atualmente praticados no âmbito do regime geral da Previdência Social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviada ao presidente do DNIT, solicitando a alocação de policiais especializados para nortear o trânsito durante a execução das obras, e otimização do sistema de segurança da ponte localizada sobre o rio Itajaí-Açu, na rodovia BR-101.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o autor, sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sra. presidente, quero apenas levar ao conhecimento dos demais parlamentares e do povo de Santa Catarina, através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, já que no início desta sessão nós utilizamos a tribuna e tivemos tempo suficiente para explicar o que essa obra vem causando ao trânsito da BR-101 e, conseqüentemente, ao perímetro urbano da cidade de Itajaí, já que a grande maioria busca outras alternativas para passar na outra margem do rio Itajaí-Açu, no sentido norte. Isso tem causado transtorno no *ferry-boat*, na balsa que trabalha no rio e na BR-101, a ponto de as pessoas não se conformarem com tal situação. É um verdadeiro desleixo e desrespeito para com o ser humano.

Então, essa moção tem como objetivo levar essa situação ao conhecimento do superintendente do DNIT de Santa Catarina, para que providências sejam tomadas, tanto na área da segurança, com a presença da polícia rodoviária, para que coordene o fluxo mais rápido dos veículos, quanto na agilidade das obras.

Obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, na verdade eu havia pedido para a assessoria do meu gabinete elaborar um requerimento nesse sentido. Mas uma vez que o deputado Jandir Bellini já o fez, gostaria de pedir permissão para também assinar a matéria.

Passo quase todos os dias nessa rodovia, e essa obra vai durar 120 dias, segundo informação que recebi, e aquele trajeto vai ficar encrencado durante todo esse período. E para quem não sabe disso e vai para Joinville é bom saber que de Itajaí até a ponte de Navegantes, isso para não exagerar, porque às vezes a fila chega a Balneário Camboriú, tem que dispor de pelo menos três horas para andar um trajeto de mais ou menos três quilômetros. Está um verdadeiro caos. E se passar por lá, como passei hoje, por volta das 12h, pode-se ver que existem três ou quatro operários trabalhando, tranquilos, fazendo uma coisa aqui, outra ali, como se estivessem fazendo uma obra no interior do estado, num lugar onde transitam duas ou três pessoas.

O caos está estabelecido na BR-101, com filas quilométricas. E não há outra alternativa a não ser, como fazem os espertalhões, ir por dentro de Itajaí, saindo perto da ponte e aí formando outro gargalo. Realmente, além da BR-101, há outro gargalo, aquele da turma que conhece melhor o caminho, que chega na boca da ponte e começa a tentar entrar para a ponte. É um caos total, um verdadeiro caos. E temos que tomar alguma providência, porque vamos ter aí

120 dias de obras que eu, sinceramente, acredito que em 30 dias, se houvesse pessoas suficientes, ela seria executada. Mas serão 120 dias. Mas se é para ser esse tempo todo, então, que tenha organização, que tenha mais policiais rodoviários federais, organizando o trânsito, e que tenha mais operários trabalhando naquilo lá. Pelo amor de Deus! Aquilo é via vicinal, é a BR-101. Transita por ali a economia de todo o sul do país. São vários caminhões. Se formos analisar, são centenas de caminhões, um atrás do outro, são famílias, é gente que precisa trabalhar. E fica todo mundo atravancado ali por conta dessa obra.

Ninguém é contra a obra, até porque aquilo ficou como beigo de banguela, ou seja, está sem dentes a tal da ponte. Não tem corrimão, não tem proteção, não tem nada. E cada vez que se põe uma proteção, alguém vai lá, derruba e cai com tudo dentro do rio. É um negócio impressionante. Tem que fazer, sim, mas com agilidade! É isso que esperamos. Gostaria de co-assinar essa moção juntamente com o deputado Jandir Bellini.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sra. presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, quero me somar à intenção do deputado Jandir Bellini.

Na verdade, esse tempo que está previsto, de 120 dias ou 180 dias, é suficiente para construir uma ponte daquela. Cento e oitenta dias é meio ano, é o prazo que dá para construir, seguramente, uma ponte totalmente nova ali, naquele local. Então, em consideração ao tráfego, em consideração ao que pagamos de tributos, pelo menos teria que, acredito, ir até lá o presidente do DNIT, permanecendo por meia hora naquele local, e já chegariam a ele uma porção de sugestões. E uma delas seria usar um pouco a outra pista duplicada para de tempo em tempo desafogar a fila no sentido norte-sul.

Precisamos de alguns orientadores de trânsito também. Inclusive, já tem gente vendendo almoço na beira da estrada, água, frutas. Tem gente vendendo almoço na cabeceira da ponte, tamanho é o comprimento da fila; por isso, é fundamental que apoiemos essa matéria. E vamos colocar o presidente do DNIT em cima da ponte para tomar uma posição urgente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, para discussão, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada é favorável que se garanta a segurança da obra, a agilidade da obra. Nisso nós temos concordância. Mas não posso aqui ficar ouvindo discursos, principalmente do PSDB, todos esses questionamentos, enfim, porque se a obra tivesse sido feita como estamos fazendo a BR-101 sul, não haveria necessidade de fazer essa reforma da ponte, eis que a duplicação norte foi feita sem paralelas, sem pontes, sem passarelas, a toque de caixa. Em segundo lugar, queremos a obra o mais rápido possível. Mas temos que apoiá-la sem fazer críticas, sem tirar o mérito da obra, que é fundamental para a segurança. Inclusive, até na Alemanha existem filas onde estão sendo feitas obras. Precisa fazer, é necessário fazer e vai ter fila.

Então, vamos apoiar esse requerimento para garantir a segurança, mas não é possível ficar ouvindo aqui que isso está produzindo o caos. E se nós, deputados, resolvermos insinuar, como já insinuaram, que a morte do jogador foi em função da obra, não podemos levar a sério essa discussão, porque o governo do presidente Lula está reformando o que o governo anterior não fez em oito anos, está fazendo a BR-101 sul e está reformando a norte e vai criar filas, sim. Então, para resolver isso vamos apoiar esse requerimento, mas temos que colocar as coisas no devido lugar.

Vai causar transtorno, sim, mas a obra é fundamental. E queremos que a obra saia o mais rápido possível, com segurança. Agora, não vamos fazer discurso político aqui, não vamos elogiar a iniciativa do governo de investir R\$ 1,2 milhão para que a obra seja concluída o mais rápido possível e dê segurança ao transporte na BR-101.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, estou pedindo por gentileza, porque fui citado aqui. Mas não falei politicamente, não ataquei partido de ninguém, não falei em política. No entanto, fui atacado aqui, dizendo que o PSDB está querendo criar o caos. Em absoluto, estou falando como cidadão, nem estou falando como político. Estou falando como cidadão que transita naquela rodovia e que apenas quer que a obra, também tanto quanto o deputado Pedro Baldissera, seja agilizada.

Então, existe meia dúzia de gatos pingados fazendo a obra, mas tem que ter mais gente para fazer a obra, porque aí terminaria a obra num instantinho. Agora, o que não posso admitir é misturar política com uma conversa que se está falando aqui, de uma maneira muito feia. O deputado Pedro Baldissera sabe muito bem que eu não misturo as coisas. Eu não misturo as coisas. Eu estou falando como cidadão e não estou falando da vida partidária nem estou atacando contra o seu PT coisa nenhuma.

O que eu quero é que a obra saia, como todo mundo que passa por lá. Só isso, deputado Pedro Baldissera, só isso, mais nada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

Eu quero lembrar aos srs. parlamentares que temos um Regimento Interno nesta Casa, e eu acho que todos os srs. parlamentares devem decorar esse Regimento.

Srs. deputados, de acordo com o Regimento, para discussão temos direito de pedir a palavra uma vez, para falar num período de dez minutos. E se formos alterar as críticas que acontecem nesses microfones, srs. deputados, iremos passar a noite aqui.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, srs. deputados, num aparte anteriormente já defendi a necessidade daquela obra e enalteci o engenheiro João José, do DNIT, que tem feito um bom trabalho. Agora, temos realmente, como deputado nesta Casa, que entender que obras desse tipo, como tantas outras, vão causar transtornos. E não posso concordar com o deputado Pedro Uczai quando s.exa. diz que é culpa do PSDB, eis que aquela ponte é antiga. As obras de duplicação da BR-101 podem não ter sido 100% perfeitas. Agora, não confundam as coisas a ponto de dizerem que aquela situação é culpa do PSDB.

Mas defendo que temos que ter cautela. A obra é para ser feita dentro dos padrões de qualidade; portanto, não nos adianta fazer uma obra em 30 dias, 40 dias, para daqui a pouco ter problemas técnicos. Quanto à fila, temos que aprender a conviver com elas, porque o nosso país, a nossa cidade, não tem mais condições, eis que o número de veículos que se produz neste país e que é adquirido pela população é muito grande. É o que está aí. E sabemos que toda a riqueza deste país, mais de 70%, transita sobre o rodado de caminhões.

Então, esqueçam tudo isso, pelo amor de Deus, e esperemos que a obra saia o mais breve possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Nobre deputado José Natal, o país está crescendo, e esse é o resultado.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente Ana Paula Lima, srs. deputados, discutindo o requerimento do nobre deputado Jandir Bellini, ao mesmo tempo diante da polêmica causada, procuro ver o aspecto positivo, que é a construção da obra, a necessidade da substituição dessas muretas de proteção, dessas defensas maleáveis das nossas pontes. E que se venha aplicar as defensas de concreto armado. Inclusive, sou autor de um projeto, protocolado nesta Casa em 18 de dezembro de 2007, que determina ao governo do estado a utilização nas obras a serem executadas nas pontes, elevados, viadutos e pistas de rolamento, em todas as rodovias estaduais de Santa Catarina, barreiras maciças de concreto, conforme as normas estabelecidas pela NBR-7.178/84.

Muitas mortes estão acontecendo no estado de Santa Catarina, lamentavelmente, pela falta de proteção. E discutir segurança nas pontes é um assunto muito interessante. Claro que se for para decidirmos nesta Casa se devemos deixar as pontes como estão ou enfrentarmos uma fila por um período de três a quatro meses, sou a favor de enfrentarmos a fila por três a quatro meses, porque tenho certeza de que isso trará benefícios, porque vai salvar vidas. E salvar vidas creio que seria o cumprimento do nosso objetivo principal nesta Casa, de levar ao nosso povo catarinense a segurança. Não podemos mais admitir que as pontes do estado de Santa Catarina continuem da forma como estão.

E digo mais, não é muito longe, temos aqui a ponte Colombo Salles, a ponte Pedro Ivo Campos, que necessitam e que carecem urgentemente da modificação das defensas maleáveis para as defensas de concreto armado, para que possam dar mais segurança às pessoas que transitam por elas. Não adianta lamentar depois de o fato ocorrer. E fico às vezes pensando como uma pessoa pode dizer que alguém iria para a ponte para poder se jogar dela, aproveitando uma deficiência de uma construção estrutural.

Foram diversos governos que passaram, PMDB, PT, PSDB, enfim, e não observaram a necessidade dessa troca. Mas sempre existe tempo e para isso existe essa dinâmica da política, a troca de agentes políticos, a entrada de novos agentes que possam vislumbrar aquilo que outros não viram, mesmo que já tenham realizado tanto pelo nosso povo catarinense. Existe a necessidade, sim, de que essas obras sejam feitas, eis que ganhamos ao primar pela segurança do nosso povo, da nossa gente.

Deputado Jandir Bellini, precisamos que seja colocado lá um sistema organizacional, talvez, como bem falou o deputado Nilson Gonçalves, uma força-tarefa, porque aí daria para fazer em dois meses. Isso seria uma coisa a discutir com o DNIT. E o engenheiro João José é uma pessoa formidável, excelente. Portanto, creio, deputado Jandir Bellini, que se fizermos uma visita a ele, seremos bem recebidos, até sem hora marcada. E poderemos tentar resolver esse problema da demora, que também está trazendo transtorno ao nosso povo. Mas se não for possível resolver assim, tendo certeza de que é para salvar vidas, vamos ficar a favor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pedimos a palavra, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, não precisamos nos exaltar nem entrar em confronto para fazer uma solicitação, como muito bem colocou o deputado Jandir Bellini, para organizar o trânsito.

O deputado Jandir Bellini foi muito feliz, porque passamos por lá duas ou três vezes por semana e estamos acompanhando essa desorganização no sentido sul/norte com relação ao trânsito. Então, penso que acatando a sua sugestão, deputado Jandir Bellini, vamos amenizar a situação. E também podemos acrescentar a sugestão que foi citada aqui, ou seja, fazer uma experiência de uma paralisação de meia hora sentido sul/norte e de meia hora sentido norte/sul, para fluir o trânsito com mais rapidez.

Então, quero crer que fazendo esse pedido, além de uma conversa com o diretor do DNIT, engenheiro João José, certamente teremos algum avanço. A obra é importante, indiscutível, penso que a obra é boa para todos nós, para todos os catarinenses e brasileiros que transitam na BR-101.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Gostaria de anunciar com muita satisfação a presença nesta Casa do presidente do partido e vice-prefeito do município de Rodeio, sr. Genor Girardi, que está conosco aqui tratando de assuntos de seu município.

Seja bem-vindo a esta Casa e com certeza as suas solicitações serão atendidas. E o PSDB está muito feliz em ter v.exa. como presidente do partido e vice-prefeito daquela cidade, mas que será prefeito rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja bem-vindo a este Parlamento catarinense.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao governador e ao secretário de estado da Infra-Estrutura, solicitando informações relativas à destinação dos valores oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e telespectadores da TVAL, o assunto que trago na data de hoje tem sido discutido por vários parlamentares, porque tem a preocupação de todos os catarinenses, relacionado ao nível de acidentes acentuados nas nossas rodovias.

O governador Luiz Henrique da Silveira, já no seu primeiro mandato à frente do Executivo, colocou como prioridade a pavimentação dos acessos dos municípios que ainda não possuíam ligação com estradas asfaltadas da malha rodoviária já implantada em Santa Catarina.

A decisão política vem sendo obstinadamente perseguida como marca de governo, de modo que quase semanalmente ele está em alguma região do estado inaugurando um novo trecho. É um acesso que permitirá o progresso de um ou mais municípios de comunidades que antes estavam fadadas ao atraso ou enfrentando grandes dificuldades para se desenvolver.

Vejam que o asfalto visa, conforme previsto no Plano 15 do governo Luiz Henrique da Silveira, o bem-estar das pessoas, e não é de um modo diferente que os investimentos nessa área são planejados no âmbito federal. Quando o governo Lula tomou a decisão de levar adiante a duplicação da BR-101, em seu trecho sul, certamente colocou como prioridade o bem-estar das pessoas e o desenvolvimento de toda uma grande região, que precisa de uma rodovia com capacidade de trânsito ampliada para escoar a sua produção e dar garantias e um transporte seguro às pessoas.

Estas são ações que buscam a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Em paradoxo vivemos um dia-a-dia estressante de notícias que envolvem os acidentes nas estradas. Um número significativo de acidentes preocupa toda a comunidade, porque hoje não há quem não tenha um parente, um amigo ou um conhecido que já foi vítima de acidente de trânsito, em especial nas nossas rodovias. E quando não são vidas perdidas, ficam os casos das mutilações que resultam em sofrimento para as pessoas, para as famílias, sonhos que se vão.

Um acidente pára a rodovia, causa prejuízos de toda monta. Cada uma das pessoas que está em viagem tem perdas e isso pode ser causado por falha mecânica, por um pneu estourado ou, pior, pode ser causado pela imprudência do motorista.

Vejam alguns números que são estarrecedores somente em rodovias estaduais. Do Natal ao Carnaval foram registrados 583 acidentes, dos quais 245 com vítimas, morreram 16 pessoas e 61 ficaram feridas. Pessoas em estado grave foram encaminhadas aos hospitais do estado. Mais de mil veículos foram envolvidos nesses acidentes. Já nas rodovias federais, somente na Operação Carnaval, em todo o país, foram registradas 128 mortes e 1.472 feridos, num total de 2.398 veículos.

Nas BRs de Santa Catarina, em seis dias de Operação Carnaval, houve 239 acidentes com 140 feridos e 15 mortes. Nosso estado só ficou atrás de Minas Gerais nas estatísticas, mas aquele estado é o que tem a maior malha federal e possui uma área territorial muito superior a catarinense.

É bem verdade que registramos menos mortes do que nos três Carnavais anteriores, o que reflete em parte a conscientização dos motoristas e um maior controle feito pelo efetivo responsável pelo tráfego das estradas.

Há ainda um freio temporário que é a própria obra da duplicação do trecho sul da BR-101, porque em várias partes do percurso existem desvios, formam-se filas e a velocidade obrigatoriamente é reduzida.

Gostaria de sugerir a todos a reflexão em torno do que é central, ou seja, que as rodovias são feitas para impulsionar o desenvolvimento, proporcionar ganhos de qualidade de vida para as pessoas e não são, em hipótese alguma, pista de corrida. E para as pessoas que têm instintos de azes do volante devem ser canalizadas as instâncias próprias das modalidades esportivas do automobilismo ou do motociclismo.

É preciso enaltecer o empenho das instituições competentes acerca do que tem sido feito em favor da educação no trânsito, mas ainda há mais a ser feito para reduzir esse quadro de violência no trânsito, que gera dor para muitas famílias catarinenses e de todo o país.

As campanhas institucionais que mobilizam alertar a população para a realidade cruel das estradas são alternativas para sensibilizar os condutores acerca da postura e da responsabilidade que é dada a cada cidadão que se coloca à frente da direção de um veículo.

Quero, neste particular, parabenizar e render minhas homenagens ao grupo RBS com mídias como esta que vamos ver agora:

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Desculpem a falha no som, mas todos já tiveram a oportunidade de ver a veiculação pelos meios de comunicação da RBS.

Campanhas como essas têm dado uma grande contribuição no sentido de chamar a atenção das autoridades e da população em geral para esse grave problema. Mas esse tipo de atitude não pode permanecer restrita apenas à mídia ou à sociedade civil, é preciso que todos os parlamentares estejam envolvidos na conscientização. Atualmente, carros e motos estão sendo utilizados como verdadeiras armas pelos condutores inconseqüentes. Além disso, há o desrespeito completo às leis de trânsito que servem tanto para motoristas como para os pedestres.

Uma notícia boa para a população catarinense foi a redução em mais de 40% do número de mortes por acidentes nas estradas de Santa Catarina. Conseqüentemente, a diminuição do número de mortes é resultado do amplo trabalho desenvolvido pelas Polícias Rodoviária Federal e Militar Rodoviária Estadual, em relação ao período de festas e outras datas comemorativas.

Para amenizar ainda mais as estatísticas de acidentes e mortes, realidade essa que mancha a história catarinense, precisamos estimular programas eficazes de educação no trânsito e manter um contingente maior de polícias para inibir os abusos cometidos nas estradas.

Parabenizo também o deputado Elizeu Mattos por ter solicitado a realização de uma audiência pública para discutir esse importante tema. Nesta ocasião, vamos propor a criação de um programa catarinense de segurança no trânsito, com a participação de órgãos do governo que têm relação com a problemática e também a parceria com entidades da sociedade civil, como a Fetranesc, a fim de se estabelecer um plano de ação com o objetivo de reduzir drasticamente os acidentes de trânsito, melhorando assim a qualidade de vida de todos os catarinenses e visitantes em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu poderia, na tarde de hoje, refletir e ocupar o espaço para falar daquilo que tomou conta do cenário do estado de Santa Catarina, que é a questão que envolve o governador e o vice-governador do nosso estado.

Eu poderia prender-me inteiramente ao assunto, mas entendo que a sua tramitação no Tribunal Superior Eleitoral seja a instância onde não só se faz o debate, se discute, mas onde se dará, com toda certeza, o veredicto, a decisão final.

Dentro do campo político, independente de quem esteja no processo, de quem esteja sendo julgado, tenho a plena convicção, já pelo fato de ter passado dentro do Executivo e agora dentro do Legislativo, de que o TSE ou, num sentido mais amplo, a Justiça como um todo, tem, sem dúvida alguma, de cravar um marco, no sentido da questão que envolve a propaganda institucional de todos os entes federativos: o estado, os municípios, o governo federal, os legislativos, a Câmara, o Congresso, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, enfim, os setores públicos de todas as esferas. Isso é importante, isso é fundamental, até mesmo no sentido da questão que envolve a transparência e ao mesmo tempo a boa versação na utilização do recurso público.

Portanto, não vamos entrar neste debate, mas também é importante este momento para que se tenha experiência e que o TSE possa julgar da melhor forma possível, com a melhor transparência e com a maior sinceridade, os fatos e os acontecimentos.

Quero aproveitar também para divulgar um pouquinho do trabalho que venho desenvolvendo, do mandato em vários aspectos, entre eles o de trazer presente, a público que na noite de ontem realizamos neste plenário uma sessão solene em alusão, em comemoração à Campanha da Fraternidade deste ano, que traz um tema extremamente importante, significativo para ser debatido, para ser discutido em todos os segmentos e setores da sociedade, que é a Fraternidade em Defesa da Vida, que traz como lema inspirado num livro bíblico *Deuteronômio*, "Escolhe, pois, a Vida".

E quando se fala de um tema importante como este temos que ter um olhar aberto, porque falar da vida é falar daquilo que é mais sagrado e importante no planeta em que vivemos que é a vida. A vida de cada um, de cada uma de nós, a vida de todas as espécies e desse universo do qual fazemos parte; é falar da vida nas suas diferentes relações, nos seus diferentes momentos e situações que vivemos.

Portanto, tivemos, ontem, uma sessão altamente positiva e contamos com a presença do nosso arcebispo de Florianópolis dom Murilo, que, com uma precisão clara e oportuna, fez uma grande e importante reflexão no plenário em torno do tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

Além disso, eu fazia referência, e aqui quero recolocar, na comissão de Constituição e Justiça, na manhã de hoje, de que é preciso que esta Casa avance no que diz respeito ao voto, porque a sociedade como um todo clama por uma transparência maior com relação à emissão do voto de cada um de nós, parlamentares.

Refiro-me à questão da apreciação e votação dos vetos. A nossa bancada, por outras vezes, tem encaminhado uma mudança na Constituição do estado de Santa Catarina no sentido de permitir que o voto saia desse panorama. Portanto, estamos tramitando na Casa a PEC - Projeto de Emenda à Constituição -, garantindo que o voto do parlamentar, na apreciação de qual seja o veto, possa ser um voto aberto.

Esperamos evoluir neste sentido e dar aqui um passo importante de transparência e de abertura para a sociedade catarinense. Ao mesmo tempo lamentávamos a questão dos vetos do governo do estado a várias iniciativas deste Parlamento. Infelizmente, acabamos muito engessados no encaminhamento de qualquer proposição.

Também recebemos o veto na questão do Conselho da Juventude. Já estou providenciando, além da indicação de hoje, um projeto de lei autorizando o governo do estado a encaminhar a lei que cria o Conselho Estadual da Juventude, que, aliás, é um compromisso do próprio governo em épocas anteriores de campanhas eleitorais.

Por fim, quero aqui registrar que no dia de hoje, em Chapecó, um funcionário aqui da Casa, que trabalha com este deputado no gabinete, sr. Alcécio dos Passos, está realizando um importante trabalho com relação ao projeto intitulado de Farmácia Natural Itinerante. Esse funcionário público desenvolve um grande trabalho em diferentes municípios do estado de Santa Catarina. E lá em Chapecó, no dia de hoje, ele está realizando esse importante trabalho de fomentação junto a lideranças, a pessoas daquele município e daquela região com o intuito de instrumentalizá-las e de capacitá-las para que possam levar adiante essa proposta da Farmácia Natural Itinerante.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, começo a minha fala com um ditado popular: "pimenta nos olhos dos outros não arde". Eu posso tudo, o outro não pode nada.

Começo esta fala para discutir e debater esse processo que está confundindo a cabeça dos catarinenses, dos eleitores, que estão perplexos. Ainda hoje recebi ligações, deputado Sargento Amauri Soares, de eleitores me perguntando qual é o crime do cidadão Luiz Henrique? Roubou? Não! Malversação de recursos públicos? Não! Desvio de recursos públicos? Não! Esse mesmo cidadão de Bom Retiro indagou: qual é o crime? Não sei. Não sei qual é o crime do Luiz Henrique.

Por isso é que acho que uma verdadeira mistura de papéis e processos foi enviada a Brasília, talvez para confundir o Tribunal Superior Eleitoral, o TSE. Eu tenho a certeza de que essa confusão feita aqui, de outra maneira que não pelo voto, e sim pelo tapetão, é para tomar o governo do estado. Falo com clareza porque eu não consigo entender onde está o crime, não consigo. Se existe crime, todos os governantes o estão cometendo. Todo o mundo faz propaganda do que é feito. O mais sério seria não fazer propaganda, porque aí nada teria sido feito, ou mostrar o que está sendo feito.

Triste nós seríamos se no "Brasil para todos", do governo Lula, não tivéssemos a propaganda institucional porque nada teria sido feito. Triste dos catarinenses se não houvesse a propaganda institucional mostrando-lhes que aquilo que foi esquecido no passado está sendo realizado. Será que esse é o crime? Será que o crime é realizar, é fazer? Qual é o crime? Isso me assusta! Assusta-me como novato aqui nesta Casa, iniciando a carreira política. Eu fico assustado porque, daqui a pouco, o melhor meio de se sustentar na vida pública é não falar, não fazer nada, porque se terá uma alta sustentação.

Deputado Moacir Sopelsa, nós conhecemos o cidadão Luiz Henrique, nós conhecemos aquele cidadão que renunciou ao mandato, num ato de coragem, para disputar em igualdade de condições uma eleição, coisa ou ação que esse que está entrando e querendo o mandato por tapetão não fez. E tem nome: é o ex-governador Esperidião Amin! Não venha arrumar advogado na história, porque é ele e terá que responder para os catarinenses. Tem nome aquele que quer o mandato pelo tapetão. Era governador quando concorreu com Luiz Henrique, a máquina pública estava ali, usou, fez propaganda, sim, das suas ações que eram poucas, mas gastou bastante, gastou muito mais com ação publicitária que o governo do Luiz Henrique, em 2002, fazendo um comparativo com 2004.

Pimenta nos olhos dos outros não dói! Fico triste, fico triste porque talvez seja uma disputa politiqueria, eleitoreira, de chegar a um mandato que não seja através do povo. Isso cria certa dificuldade de investimentos no estado de Santa Catarina, dos quais o governador está correndo atrás há quatro ou cinco anos e começa, neste momento, a se concretizar com empresas investindo em nosso estado.

Mas pouco está-se pensando com essa ação - e não quero condenar, em hipótese alguma, o Tribunal, porque foi uma ação movida aqui -, mas pouco está-se pensando nos empregos que seriam gerados no estado de Santa Catarina.

Quero saber se o sr. Esperidião Amin vai lá em Lages dizer que a Eucatex não veio mais, porque se criou a instabilidade política no estado com a ação politiqueria e eleitoreira. E os empregos da Eucatex o ex-governador vai arrumar para os lageanos e para os serranos? Quero saber se aqueles investimentos da Klabin para a serra catarinense vão se concretizar, assim como todos aqueles empregos. Será que o ex-governador vai dar emprego para a nossa gente tentando ganhar o mandato no tapetão?

Quero saber se os investimentos por toda Santa Catarina que estavam agora à flor de concretizar e dar emprego e riqueza para nossa região vão acontecer. Criou-se uma instabilidade! Uma instabilidade em cima de uma história de um homem que tem toda uma história de 40 anos de vida pública.

Qual é o crime? Qual é o crime de Luiz Henrique da Silveira? Qual é o crime? Eu me pergunto, e os cidadãos catarinenses também estão se perguntando! Qual é o crime? Roubou? Não! Malversação de serviço público? Não! Desvio de recursos públicos? Não! Qual é o crime? Foi o colégio da tua cidade que esse cidadão de bem fez e depois mostrou, esse é o crime! Foi a estrada de acesso a tua cidade que esse cidadão chamado Luiz Henrique da Silveira fez e mostrou. Esse é o crime! Foi uma viatura a mais para a polícia, foram ações para a Polícia que esse cidadão Luiz Henrique da Silveira fez e mostrou. Esse é o crime.

Você que está em casa nos assistindo com certeza gostaria de discutir o crime, mas não ações de um cidadão que gosta deste estado como ninguém, e aqui faço um depoimento, conheço várias pessoas que gostam de Santa Catarina, deputado Moacir Sopelsa, mas não conheço nenhum cidadão que goste mais de Santa Catarina que Luiz Henrique da Silveira. Não conheço!

Esse cidadão vive o dia-a-dia para o nosso estado, vive as 24 horas do dia sonhando com Santa Catarina. Um cidadão que se deu por inteiro quando assumiu o governo do estado. Um cidadão que leva a coisa pública com seriedade está hoje em todas as páginas de jornais, e o mais triste é que há pessoas que desta tribuna está festejando o momento que não poderíamos estar festejando, mas festejando aqui nesta tribuna pela sabedoria ou talvez pela esperteza, porque para chegar ao governo de Santa Catarina é somente pelo tapetão, pois pelo voto não chegam mais.

Mas vou ter o prazer de viajar pelo estado de Santa Catarina, vou ter o prazer de falar para os catarinenses, para os serranos e para os lageanos: se a Eucatex desistiu de vir, cobre do ex-governador Esperidião Amin, porque para ele quanto pior, melhor. Se a Klabin desistiu de fazer investimentos, cobre do ex-governador Esperidião Amin, porque todo esse processo não é seu advogado Gley Sagaz, não, é ele, é ele que quer chegar ao poder através do tapetão. Não há outra maneira. Não há outro pensamento.

Mas creio, deputado Moacir Sopelsa, na Justiça, que os advogados explicarão aos nossos ministros que separem as coisas, que não misturem publicidade de governo com propaganda política, que digam aos ministros que Luiz Henrique renunciou o mandato. E que se diga que o que se fizer hoje poderá abrir um precedente de tamanha grandeza que nenhum governante ficará no poder. Por quê? Se Luiz Henrique cometeu crime, me desculpem, porque todos aqueles que estão governando e fazem propaganda também cometem crime.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores, catarinenses que nos acompanham pela TVAL. Temos acompanhado, deputado Moacir Sopelsa, lá por Concórdia, que muitos catarinenses prestigiavam este Parlamento pela TVAL, estão acompanhando as votações e os debates, sr. presidente. É muito importante quando a sociedade fiscaliza, quando acompanha os projetos, as propostas dos deputados, e ficamos muito contentes com isso. As pessoas têm acompanhado, também, os trabalhos pela Rádio Alecs Digital e pelo jornal da TVAL, e há um comentário muito positivo no estado sobre o trabalho do Parlamento catarinense.

Quero aqui me referir, e comentava a esse respeito na semana passada, no meu pronunciamento, sobre o momento importante que o nosso país vive. Hoje, mais precisamente, uma pesquisa da CNT mostra o crescimento e a avaliação positiva do nosso governo. Entendemos que há no país, de fato, um momento de denunciamento, que não é de agora, mas aqui também se vê que há absurdos sendo cometidos, e isso com certeza, às vezes, ou muitas vezes, fica contra os que denunciam quando são coisas muito pequenas. Como eu dizia na semana passada, um segurança da filha do presidente foi comprar quatro capinhas de celular no *shopping*, e isso virou denúncia do uso indevido do cartão corporativo.

Nós precisamos olhar para as questões centrais do nosso país, e esse tipo de fato que se trabalha em nível nacional, a denúncia não tem validade, quando são coisas baixas, pequenas, com certeza jogam ao contrário, a situação se inverte e torna-se favorável ao nosso presidente, ao nosso governo.

Então é importante esse momento que se vive, e por isso a aprovação do presidente, porque ele não joga nada embaixo do tapete, isso que é importante. Pelo contrário, se precisar denunciar, tirar ministro, ele tira, porque ninguém é perfeito, o PT não é perfeito, ninguém é perfeito. O que nos chocou foi que, no final da semana algumas revistas trouxeram notícias de uma ONG, dizendo que era ligada ao PT. Por que esta frase, uma ONG ligada ao PT, se existem tantas ONGs ligadas a diversos partidos no nosso país?

Então, há um alvo claro, no sentido de atingir o nosso partido quando se trata de algum problema ou de uma denúncia que na grande maioria das vezes não se comprova. São denúncias feitas que depois se comprova que foram levianas. Por isso nós ficamos muito contentes quando o nosso presidente teve essa aprovação que foi importante, principalmente pela nossa economia, pela situação que o nosso país vive.

Amanhã acontece um fato importante no Brasil, em nível de governo federal sobre o Besc e que precisa ser reafirmado aqui, esse assunto já foi tratado aqui pelo deputado Jailson Lima, que falou em nome do nosso partido, sobre os anos e anos de luta dos funcionários, dos trabalhadores do nosso partido, para manter o nosso banco público, para manter o Besc público. Então, amanhã o presidente Lula vai assinar o decreto que tira o banco do Plano Nacional de Desestatização.

Esse é um momento fundamental para o nosso país, principalmente para os trabalhadores do banco, e em especial para a sociedade catarinense, para os pequenos municípios que têm no Besc uma referência importante para pagar as suas contas, para fazer o seu financiamento, e tantas coisas que o Besc proporciona aos municípios. Então acho que é uma comemoração importante!

O deputado José Natal hoje comentou sobre o papel do governo do estado, nós concordamos que o estado cumpriu um papel importante, mas em dois momentos o estado deixou a desejar na questão do banco público: uma é a questão do leilão das contas-salário dos trabalhadores catarinenses e também a retirada do Besc como banco oficial do estado. Isso nos preocupou muito naqueles momentos e nos enfraqueceu na luta para manter o banco público, mas conseguimos, graças ao esforço construído principalmente pelo governo federal, para não deixar o banco ser privatizado, porque havia muitos interesses em jogo, e também à luta da sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Dirceu Dresch, quero cumprimentá-lo pelos dois temas trazidos no dia de hoje ao plenário catarinense: a valorização do governo do presidente Lula pelo povo brasileiro e a sua aprovação, através de pesquisa de opinião pública que consolida os dois eixos centrais no país, a economia crescendo, e a distribuição de renda e emprego com programas sociais vitoriosos.

Esse é o jeito de governar o país que rompe com a tradição neoliberal de privatizar o estado, privatizar o patrimônio público e, às vezes, fazer crescer a economia sem a distribuição de renda. Por isso, nesse contexto o Besc é uma vitória do povo de Santa Catarina e a manutenção do banco público deve ser comemorada por todo povo catarinense.

O passo seguinte é a retirada do Besc do plano nacional de desestatização que permite torná-lo oficial incorporando-o ao Banco do Brasil, um banco oficial com mais de 200 anos de história neste país.

Parabéns pelo seu pronunciamento! E é nessa direção que estamos construindo este Brasil, um Brasil de todos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado deputado Pedro Uczai!

Quero aproveitar o tempo que me resta para fazer um comentário sobre o tema que predomina hoje nesta Casa, que é o julgamento do governador e do seu vice no TSE.

Nós entendemos que não podemos vir aqui e fazer julgamento desse ou daquele, porque esse é o papel da Justiça brasileira. Com certeza quem está no Tribunal Superior Eleitoral tem condições, através de textos e de materiais, de fazer o seu julgamento. O que de fato queremos, deputado Sílvio Dreveck, catarinenses e demais deputados, é que esse processo seja resolvido da melhor forma possível e com lisura para que o povo catarinense não sofra as consequências deste momento. O estado não pode parar! A sociedade catarinense está pedindo por políticas públicas e está preocupada com um conjunto de temas. Eu levantaria aqui alguns deles:

Primeiramente a questão da educação - que já foi tratada hoje aqui -, a problemática da luta dos professores da educação catarinense.

O problema da saúde, como o do hospital São José, onde há um conjunto de problemas que precisa ser resolvido.

A agricultura familiar: já comentei várias vezes aqui da tribuna que é necessário ampliar os investimentos nesse setor tão importante, deputado Moacir Sopsela. Estávamos discutindo na última sexta-feira, em Concórdia, sobre a suinocultura, a questão do leite e tantas outras atividades importantes para o desenvolvimento catarinense. Os agricultores estão aguardando um investimento maior na agricultura familiar.

Quanto à segurança pública, a imprensa, no final de semana, tratou dessa questão com preocupação, porque temos superlotação nas penitenciárias e falta estrutura para que os policiais possam atuar. Há, também, a questão do salário da polícia, deputado Sargento Amauri Soares, a implantação da Lei n. 254.

Esperamos que isso não prejudique toda a sociedade catarinense que está esperando por uma melhor condição de vida, de trabalho, de segurança, de educação e de saúde.

Portanto, queremos chamar a atenção para que isso seja resolvido da melhor forma possível e não prejudique a nossa população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Romildo Titon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, legítimo representante dos militares neste Parlamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidoras e servidores públicos que nos acompanham neste momento, fiz a minha fala anterior, no horário dos Partidos Políticos, sobre a questão energética, a soberania nacional e o roubo do computador da Petrobras. Na ocasião, falei que retomaria o assunto, e retomarei na data de amanhã, expondo mais sobre essas questões dentro do entendimento que tenho.

No entanto, faz-se necessário que eu diga outras coisas nesta tribuna. Enquanto acompanhava os discursos, e também ao ler cotidianamente a imprensa, pensava que a lógica da política, e talvez não só dela, mas da sociedade em geral, é imaginar o movimento do mundo como espécie de gangorra, onde os olhos se voltam para aqueles que sobem e as costas são viradas para aqueles que caem. Há vezes em que todos os olhares também se voltam para aqueles que caem. Mas nesse caso a maioria dos olhares é para assistir à queda, alguns com espanto, outros com sorriso irônico e outros ainda com raiva. Poucos são aqueles que olham com a intenção de ajudar ou de impedir a queda.

Essa lógica perversa da política ou da vida social em geral não é, no entanto, o que me move. Penso nas questões estruturais, na larga estrada que conduz as grandes políticas de governo que dizem respeito ao conjunto da sociedade. Digo isso para dizer que não sei, e é óbvio que eu não sei, se o governador Luiz Henrique é culpado ou inocente. E isso, na minha avaliação leiga de princípios jurídicos, cabe ao Poder Judiciário, que vai decidir.

Independente disso, gostaria de dizer que o governador Luiz Henrique tem a minha solidariedade. E talvez eu seja criticado por isso porque é fato que os servidores públicos e os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, na sua maioria eu diria, estão com um sentimento de indignação bastante grande por verem aqui, através da TVAL, o seu representante dizer que tem um sentimento de solidariedade com relação ao governador Luiz Henrique.

Mas embora esteja na política institucional há um ano e meio, contando o processo de eleição, eu também já passei por esse processo de incerteza de saber se poderia ou não ser candidato. Todos aqui sabem do movimento dos praças nos últimos seis anos, e que eu, junto com um grupo cada vez maior de companheiros desprendidos, assumi a frente do processo, fazendo coisas que há seis nós mesmos duvidávamos que era possível fazer dentro da caserna, como, por exemplo, dizer: "Governador, nós queremos um reajuste de salário, nós queremos uma nova lei de promoção". E fizemos isso ao longo desse tempo, questionando, no nosso entendimento, as arbitrariedades internas à Corporação.

Por conta dessas questões, e, inclusive, por denunciar aquilo que compreendíamos, e temos certo ainda hoje, que é o desmando da coisa pública, as irregularidades dentro das instituições públicas, que são financiadas pela sociedade, naturalmente que tivemos - e eu em particular - vários processos, principalmente na Justiça Militar. E buscaram, sim, deputado Manoel Mota, ao longo do ano de 2005, impedir a possibilidade deste praça, deste militar ser candidato na eleição de 2006. Tinha um cronograma de processos em andamento para inviabilizar a candidatura, para consumir um trânsito em julgado que inviabilizaria a minha candidatura.

Por conta da solidariedade dos movimentos sociais, dos praças, dos servidores públicos, dos professores, dos movimentos sociais em geral, inclusive do Movimento dos Sem Terra, dos estudantes, um grupo grande de entidades do movimento popular se reuniu para denunciar a criminalização dos movimentos sociais, inclusive do movimento dos praças. E naquele outubro de 2005, houve uma reunião desse grupo de 50 lideranças populares representando os principais setores do movimento popular autônomo e autêntico do estado de Santa Catarina, no Palácio do Governo, no Centro Administrativo, com o governador Luiz Henrique. E na ocasião o governador disse uma frase: "Se precisar, eu mudo o regulamento para que o Soares não seja preso, para que o presidente da Aprasc não seja preso".

O governador Luiz Henrique disse essa frase, e no dia seguinte ela foi publicada na imprensa - e eu me lembro muito bem -, no *Diário Catarinense*. Os regulamentos não foram mudados, e ainda vamos debater isso com o governo. Mas essa frase do governador mudou alguns rumos daquele processo.

E o governador Luiz Henrique, naquela entrevista que eu já citei do dia 27 de dezembro, no programa *Conversas Cruzadas* da TVCOM, quando disse algumas frases incompreensíveis para a maioria da população, estava falando disso, dessa frase dele. E evidentemente que essas questões não esquecemos.

Portanto, o governador Luiz Henrique tem a minha solidariedade, mas não no sentido de cobrança, de pagamento, de dívida. Ele a tem porque sinto no meu pensamento, no lugar mais profundo da minha consciência, essa solidarie-

dade. Mas isso naturalmente não retira nenhuma frase das que eu falei aqui nesta tribuna ao longo de todo o ano de 2007. Nós apoiamos o governador Luiz Henrique na sua reeleição no segundo turno porque, como todos sabem, o PDT teve candidato no primeiro turno em 2006. No segundo turno, eu defendi o voto do Luiz Henrique, apostando no fortalecimento do serviço público que houve no primeiro mandato. E, como já disse no ano passado, esse processo, se depender de 2007, foi revertido. O ano de 2007 foi completamente perdido para o serviço público de Santa Catarina.

Em todas as críticas que nós fizemos durante o ano de 2007, prevalece que essa solidariedade não nos impede de continuar reivindicando para ontem a negociação com relação ao pagamento da parte que falta pagar da Lei n. 254. Continuaremos a cobrar a colocação em prática do plano de carreira, do preenchimento de todas as vagas que ainda existem de segundo-sargento, de terceiro-sargento e de cabo, e o QOA. Continuaremos repudiando os vetos, que não são feitos pelos secretários e outros cargos comissionados do governo. Continuaremos colocando-nos contrários a qualquer forma de precarização do serviço público, aos contratos de gestão na Saúde, à terceirização em todos os setores, à discriminação dos servidores aposentados, que, mais uma vez, fica clara nessa proposta de incremento salarial aos servidores da Saúde. Os R\$ 200,00 valem somente para quem está em sala de aula ou aposentado, e não valem para quem está doente ou afastado por licença-maternidade. Continuaremos denunciando essa discriminação.

Continuaremos também defendendo a gestão democrática nas escolas e a eleição direta para professores; um governo que fortaleça o serviço público para dar condições de atendimentos básicos elementares ao povo pobre de Santa Catarina, que não tem condições de pagar a escola particular, que não tem condições de ter segurança particular ou de morar num condomínio fechado, que não tem condições de ter um plano de saúde.

Precisamos do fortalecimento do serviço público e vamos continuar reivindicando nesse sentido e colocando-nos contrários a todas as políticas de retirada de direito.

Continuaremos nos colocando contra o Ipreve porque entendemos que é um risco de prejuízo futuro para os servidores, especialmente para os aposentados, porque se quebra a paridade entre os ativos e inativos.

Nós continuaremos reivindicando, pois acreditamos na assertividade da decisão que será tomada pelo Poder Judiciário a respeito desse processo.

Mais uma vez, digo que a solidariedade ao governador Luiz Henrique da Silveira não retira nenhuma das reivindicações, inclusive críticas, que fizemos. E continuaremos fazendo desta tribuna, e por todo o estado de Santa Catarina, através dos nossos companheiros, dos nossos irmãos de farda e de todos os servidores públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Gostaria, com satisfação, de registrar a presença, neste Parlamento, do prefeito municipal de São Martinho, sr. José Schotten, e do vereador Ricardo Rech. É um prazer e uma satisfação tê-los aqui conosco!

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e telespectadores da TVAL, antes de entrar no assunto principal que pretendo focar nesta tarde, quero dizer que, há pouco, sentado na minha cadeira, acabei de ouvir o pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares.

Eu sempre falei - e quem me conhece sabe que é verdade o que vou dizer - que se as pessoas tivessem o reconhecimento nos políticos por inúmeras ações que eles fazem em favor de uma pessoa individual ou em favor de toda a coletividade, eles seriam completamente diferentes na vida política.

O deputado Sargento Amauri Soares é um homem com experiência, com tantas situações inusitadas na sua posição de militar - e já acompanhei algumas delas -, mas há pouco desta tribuna acabou de separar muito bem a sua posição política, naquilo que ele se propôs a fazer nesta Casa em favor da classe. Mas também fez o reconhecimento de uma ação tomada por uma pessoa íntegra. Para mim, até o presente momento, posso dizer que o governador Luiz Henrique da Silveira é uma pessoa íntegra, até prova em contrário.

Parabéns, deputado Sargento Amauri Soares, porque as mesmas injustiças que tentaram colocar contra v.ex.a., a mim também já foram imputadas durante os meus cinco mandatos de vereador. E tenho certeza de que também a alguns outros parlamentares desta Casa. Porque nós, que vivemos lutando no dia-a-dia em favor da sociedade no todo, ou até numa posição individual, muitas vezes não somos compreendidos. Em muitas ocasiões somos criticados e, por um ou dois, somos levados à vala comum, porque as pessoas maldosas saem colocando inverdades nos ouvidos daqueles fofocheiros de plantão, como se diz, que se encarregam de, realmente, difamar as pessoas.

Então, quero enaltecer o seu pronunciamento. V.Ex.a. já tinha o meu respeito, e agora o tem muito mais, independente da sua posição que está aqui, com toda certeza, para defendê-la, como eu e também qualquer outro parlamentar.

Ouvi, nesta tarde, os pronunciamentos de alguns deputados sobre a questão que estamos enfocando, ou seja, essa ação, mas da qual não tenho conhecimento total. Tenho certeza de que a maioria dos srs. deputados não tem conhecimento na íntegra, principalmente os da Situação, acredito, sobre a questão do que foi colocado nessa ação contra o governador Luiz Henrique da Silveira e também, ao mesmo tempo, ao vice-governador Leonel Pavan.

Mas, com certeza absoluta, o deputado Elizeu Mattos, nesta tribuna, nesta tarde, mostrou que, na sua visão - e com a qual concordo também, até prova em contrário -, quer um cidadão, individualmente, ou o seu partido político, incriminar o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador, Leonel Pavan, que não fazia parte do governo no mandato passado, por aquelas ações que ele estava fazendo, mostrando para a sociedade de Santa Catarina...

Então, posso dizer com certeza absoluta que todos, indistintamente, seja do Executivo ou do Legislativo, podemos esquecer. E se a coisa for levada ao pé da letra por esse caminho, saibam que também há um jornal aqui nesta Casa que publica todas as ações que implementamos aqui dentro. A imprensa, diariamente, dá cobertura às boas e às péssimas ações que cometemos aqui dentro.

Bom, mas não de alegar que aquilo que foi publicado no passado pelo governador ou pela equipe era publicado com recurso público. Sim, a lei permite. A questão é que os seus opositores não se conformaram. Este estado viveu estagnado por muitos anos, e o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, no primeiro mandato, num ato visionário realmente de como ele é, disse: "Eu vou mudar toda a estrutura organizacional e administrativa do estado de Santa Catarina".

Assim criou as secretarias Regionais, que são o calcanhar de Aquiles da administração do governador Luiz Henrique da Silveira e o fel dos nossos opositores. Porque se houver a possibilidade de chegar a administrar o estado novamente, eles não saberão o que fazer, pois o que havia de mais moderno para ser feito, o foi por Luiz Henrique da Silveira no primeiro mandato. E agora está dando continuidade, porque é um homem que tem vontade de trabalhar de segunda-feira a segunda-feira junto com o seu vice-governador, que em momento nenhum engana a

sociedade ao dizer: "Eu estarei lá para ver o problema de vocês!" Tentando uma solução com o deputado representante da área ou com os prefeitos, independentemente de partido político, ele vai e não inventa desculpa de última hora, como faziam no passado, fazendo com que a distância fosse empecilho para chegar lá no extremo oeste de Santa Catarina. Portanto, isso o Luiz Henrique carrega com ele, e é isso que provavelmente machuca e deve ter deixado muitas pessoas feridas.

Volto a dizer que não conheço o teor do processo e não acredito com certeza absoluta que os homens que têm a capacidade maior de julgar, no Superior Tribunal ou em outras esferas da Justiça, sejam realmente aqueles que não olham com decência que aquilo que foi feito pelo governador do estado de Santa Catarina não foi em favor próprio, foi em favor das pessoas e da gente de Santa Catarina.

O Leonel Pavan, pelo que sei desse processo, até agora não foi ouvido, em momento nenhum. E o nosso PSDB daqui do estado e em nível nacional presta solidariedade ao governador Luiz Henrique da Silveira, porque queremos que Santa Catarina continue no caminho do desenvolvimento, que não sofra em momento algum processo de estagnação e que aquelas ferrugens do passado não voltem a querer administrar este estado.

Então, que Santa Catarina continue em franca expansão, sendo referência dentro deste país e fora dele. Inclusive, ontem à noite é que tive a felicidade, junto com o deputado Renato Hinnig, com a deputada Ada De Luca, com o deputado Professor Grando, que está nesta Casa, de vivenciar o depoimento de diversos empresários - não era uma reunião política -, num jantar de confraternização, que enalteceram o desenvolvimento que vem tendo Santa Catarina com as ações implementadas pelo governador Luiz Henrique da Silveira. E se ele ficar junto das pessoas que querem ver o estado de Santa Catarina no patamar mais alto do desenvolvimento, com certeza continuará o estado a progredir.

Então, em nome da bancada do PSDB, quero ser solidário ao governador Luiz Henrique da Silveira em cima de tudo aquilo que está acontecendo. O PSDB é parceiro e vai continuar a ser parceiro. Temos a certeza de que Santa Catarina vive o melhor momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Antes, porém, com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Valmir Comin, quero apenas deixar registrado, com a compreensão do deputado Manoel Mota, que amanhã terei a felicidade de estar representando esta Casa num dia de campo, deputado Manoel Mota, realizado pela Copórdia, em Concórdia. As cooperativas, deputado Valmir Comin, que v.ex.a. tem na sua região fazem um grande trabalho. E também, deputado Manoel Mota, levarei mais obras para aquela região, através do governo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que prestigiam na tarde de hoje o Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, primeiro, fazer um reparo. O eminente deputado Joares Ponticelli esqueceu que ainda estamos lembrando o que o seu partido foi o primeiro que entrou na Justiça pedindo a questão do deputado Décio Góes, o PP, depois o PMDB fez parte. Só que v.ex.a. esqueceu de que ainda lembramos disso. O seu partido fez parte do afastamento do eminente deputado Décio Góes da prefeitura de Criciúma.

Quero aqui também dizer, deputado Moacir Sopelsa, que o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, neste instante encontra-se em Criciúma, e esteve em Nova Veneza, assinando um convênio com o prefeito municipal e também levando recurso para aquela rodovia, que o ex-governador Esperidião Amin bateu o sino para assumir como padre o compromisso, mas que não cumpriu. Então, o governo Luiz Henrique está fazendo. E logo em seguida vão inaugurar um ginásio de esportes, na Vila Nova, que ajudei evidentemente a levar recursos. Ele também está assinando um convênio de pavimentação e asfalto na praia da Barra Velha, ou seja, o governo continua trabalhando para o povo de Santa Catarina.

Quería aqui poder dizer que o governador Luiz Henrique da Silveira foi três vezes prefeito de Joinville, foi deputado estadual e várias vezes, em cinco legislaturas, deputado federal. É um homem honrado e ético, renunciou à prefeitura de Joinville, disputou como cidadão comum e ganhou a eleição do então mito Esperidião Amin. Perdeu no primeiro turno, mas ganhou no segundo turno, conquistando a eleição e administrando Santa Catarina. E vieram as eleições municipais. Ai, muda de São José, o prefeito Dário Berger ganha a prefeitura de Florianópolis. E o Partido do eminente deputado Joares Ponticelli o que fez? Entrou na Justiça para derrubar a eleição, mas perdeu. Perdeu no TRE e entrou no TSE, mas também perdeu. E na nova eleição 2006/2007, o que aconteceu? Perdeu no primeiro turno, perdeu no segundo turno, apelou para o tapetão, mas perdeu no TRE e agora evidentemente continua lutando.

Não adianta dizer quem entrou com a ação, porque foi o delegado que representava a coligação Salve Santa Catarina; portanto, não adianta discutir, ou seja, quem entrou na Justiça foi a coligação. Inclusive, neste instante existem alguns problemas adversos em Brasília, mas com certeza a Justiça que faz justiça com tranquilidade vai levar esse processo, dando condições para que um homem de bem, um homem ético, um homem honrado, continue administrando o estado de Santa Catarina.

Hoje qual é a questão da mídia? A questão da mídia é que se não existissem obras, não haveria problemas, eminente deputado Darci de Matos. Mas como existem obras e mais obras... Olhem quantos acessos pavimentados em todas as prefeituras de todos os partidos. E hoje está saindo um convênio com a prefeitura de Içara, que é do PP, porque o governador não discrimina ninguém, ele está governando para o povo catarinense, com aqueles que ganharam as eleições, seja lá onde for. Se ganhou a eleição, tem a participação efetiva, porque ele não administra com rancor, administra com competência, com sabedoria, com todas as prefeituras municipais de Santa Catarina, de todos os partidos.

Então, não tenho dúvida nenhuma que neste momento, com tranquilidade, sabemos perfeitamente que o governo está indo muito bem. Até ontem recebeu das associações empresariais de Santa Catarina, da Federação dos Lojistas de

Santa Catarina, total e integral apoio e solidariedade. Isso representa o povo de Santa Catarina, a voz empresarial do nosso estado, que gera emprego e que gera renda. E nunca em nenhum momento Santa Catarina teve no estado uma participação tão grande como tem agora.

Foram implantados programas e mais programas para o estado ser competitivo, assim como um investimento de 300 milhões de dólares em Itajaí, de 350 milhões de dólares em Curitiba, mais de 300 milhões de dólares na terra do eminente deputado Antônio Aguiar, Canoinhas, e mais de 300 milhões de dólares serão investidos aqui, no Alto Vale, pelo Grupo Votorantin. E agora, no sul, aquela empresa de Caxias do Sul, que fabrica uniformes e materiais esportivos para todo o Brasil, está para se instalar na cidade de Içara.

Então, o estado está competitivo e buscando investimentos fortes para Santa Catarina, porque tem um homem honrado, um homem ético, que trabalha buscando resultados para o povo catarinense, pois o povo elegeu o governador e os deputados não por serem bonitos, novos, velhos, carecas ou cabeludos, mas para buscarmos resultados. E quando o eleito não busca resultados, é mais um político que frustra o povo, como aconteceu com os políticos que frustraram o povo e ficaram sem resultados. Realmente, estamos tendo investimentos reais que geram emprego, renda, desenvolvimento e qualidade de vida para o povo de Santa Catarina. E sentimo-nos orgulhosos de poder realizar, trabalhar e dar resposta e resultado. E é isso o que fazemos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado. Não poderia deixar de apartear-lo para dar o meu depoimento, que é muito parecido com o depoimento de v.exa. e da grande maioria dos deputados da base do governo, que se revezaram nesta tribuna, falando do desenvolvimento do nosso estado, da qualidade de vida de Santa Catarina e falando sobretudo da vida, da história e do trabalho que o governador Luiz Henrique da Silveira tem feito, ao longo dos anos, dirigindo o estado de Santa Catarina.

Mas nós, joinvilenses, conhecemos Luiz Henrique mais do que ninguém; por isso, sabemos que se trata de um homem inteligente, trabalhador, dedicado, com as mãos limpas e ético. E imbuídos desse espírito, dessa razão, temos plena convicção de que o governador haverá de ser inocentado pela Justiça. Mais do que isso, sábado, às 10h, o prefeito Marco Antônio Tebaldi, com o apoio de todas as forças políticas de Joinville e de toda a sociedade civil organizada, estará organizando um ato de desagravo, uma manifestação, certamente com

milhares de joinvilenses, de solidariedade ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira, porque ele merece o apoio não só do joinvilense, mas de todo o povo de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Defendo-o com convicção. É um homem honrado, que busca resultados. Por isso, Santa Catarina vai muito e muito bem. E acreditamos com muita tranquilidade na Justiça...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Só quero dizer que faltou o altar para o deputado Manoel Mota colocar o santo governador Luiz Henrique da Silveira. Agora, ninguém fala do voto do relator e dos três juizes que votaram. Quem está dizendo que há provas fartas de que o governador utilizou a propaganda institucional para se beneficiar é a Justiça. É a Justiça que está dizendo: "Catarinense, você está vendo o quanto querem enganá-lo". Agora, fazer ato de desagravo contra uma decisão da Justiça é prova de desespero. Já enganaram você, cidadão, durante a eleição. E a Justiça está dizendo por 3X0 que o catarinense foi enganado. Mas querem enganar mais uma vez. Esse é o desespero, certamente pela corrida que já está havendo. E só quero dar mais um conselho: quem tem contas e promessas para cobrar deste governo que acelere o passo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, já eram 18h, e como o nobre deputado teve a palavra, pela ordem, regimentalmente não poderia mais, mas como houve a concessão, também quero falar.

Na verdade não vamos confundir, deputado Joares Ponticelli, porque não é nota de repúdio ao Tribunal. Aqui ninguém fez nota de repúdio ao Tribunal. E para aquele que está nos assistindo: não houve esse ato aqui. É mais uma inversão, mais uma confusão que se tenta pregar aqui, dentro desta Casa, em cima de um processo confuso.

Não houve nota de repúdio. Repúdio, sim, às palavras daquele advogado que representa o sr. Esperidião Amin, que quer ganhar o mandato no tapetão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para amanhã, em horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA - DL

ATO DA MESA Nº 002-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Sargento Amauri Soares para ausentar-se do País, no período de 21 a 28 de fevereiro de 2008, para participar do Seminário Internacional "Atualidade de Bolívar e os Próceres da Independência", e do II Congresso da Coordenadora Continental Bolivariana, em Quito, no Equador.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 14 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 022, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARIA IVONETE LESSA**, matrícula nº 2794, do cargo de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 20 de fevereiro de 2008 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 023, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VALTER SOUZA**, matrícula nº 4760, do cargo de Coordenador de Rádio, código PL/DAS-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 20 de fevereiro de 2008 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 024, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

NOMEAR MARIA IVONETE LESSA, matrícula nº 2794, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Rádio, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 20 de fevereiro de 2008 (DCS - Coordenadoria de Rádio).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 025, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de acordo com os artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

NOMEAR VALTER SOUZA, matrícula nº 4760, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 20 de fevereiro de 2008 (DCS - Coordenadoria de TV).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 026, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR EM SUBSTITUIÇÃO o servidor **EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2131, pertencente ao Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer função de Chefe da Seção de Fotografia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **JONAS LEMOS CAMPOS**, por estar em licença saúde e fruição de férias, no período compreendido entre 06 de fevereiro e 14 de abril de 2008. (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 027, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Termo de Convênio nº 08088/03-8, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca de servidores,*

PRORROGAR até o dia 31 de dezembro de 2008, os efeitos da Resolução nº 1515, de 05/11/2003, que colocou à disposição do 8º Batalhão da Polícia Militar - Joinville, a servidora **HEDVIRGES MARIA C. FRANCISCO**, matrícula nº 1800, a partir de 1º de janeiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 028, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *de conformidade com o Protocolo de Intenções celebrado entre o Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul e o Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina,*

PRORROGAR até o dia 31 de dezembro de 2008, os efeitos do Ato da Mesa nº 080, de 11/04/2007, que colocou à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o servidor **WALMOR BITTENCOURT CORREIA**, matrícula nº 0613, a partir de 1º de janeiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 029, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **ANGELA APARECIDA BEZ**, matrícula nº 3072, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 16 de janeiro de 2008.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de janeiro de 2008, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 030, de 25/02/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC e, tendo em vista o que consta do Processo nº 2485/07,

RESOLVE: *em cumprimento ao disposto no artigo 27, da Resolução nº 002/2006, deste Poder,*

REPOSICIONAR IRACEMA VERGINIA MARTINS, matrícula nº 1463, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-45 para o código PLTEL-51, a partir de 17 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA. Aos vinte dias do mês do fevereiro do ano do dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da segunda reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação. Foi registrada a presença dos Senhores

Deputados: Décio Góes, Odete de Jesus, José Natal Pereira, Manoel Mota, Gelson Merísio, Renato Hinnig e Silvio Dreveck. Ato continuum, colocou em votação a ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão acima epígrafa, sendo aprovada por unanimidade. Continuando, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado José Natal Pereira, que relatou o PL/0486.2/2007, em discussão, foi solicitado concedido vista em Gabinete para a Deputada Odete de Jesus. Continuando, a Deputada Odete de Jesus relatou o PL/0575.2/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Deputado Gelson Merísio, relatou o PL/0451.2/2007, em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Com a palavra, o Deputado Silvio Dreveck,

relatou o PL./0577.4/2007, a pedido do Deputado Jandir Bellini, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos da Reunião Ordinária, dos quais, eu, Silvío Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicado no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezoito de fevereiro de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da primeira reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, José Natal Pereira, Professor Grando, Elizeu Mattos, Renato Hinnig, Dirceu Dresch e Joares Ponticelli. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão e votação os Projetos de Lei n.ºs: 0516.2/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública a Associação Literária Florianopolitana, no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0526.4/07, de autoria do Governador, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis (instalação da Associação Brasileira de Portadores de Câncer)". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade e Ofícios n.ºs 0001.9/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Belo/Bombinhas, referente ao exercício de 2006". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0003.0/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Organização Educacional Irmãs Sacramentinas de Tubarão, referente ao exercício de 2007". Relator: Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer - pelo diligenciamento - foi aprovado por unanimidade e 0004.1/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Lar da Menina de Tubarão, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer - pelo diligenciamento - foi aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1633ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1633ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0063/08, de Marcelo Domingues; Processo n.º 0088/08, de João Maria Motta; Processo n.º 0090/08, de Ricardo Cascaes Sabino; Processo n.º 0078/08, de Camila de Andrade Christofoli; Processo n.º 2531/07, de Rosalba Fiúza Lima; Processo n.º 2407/07, de Michel Curi e retirado de pauta pelo Relator o Processo n.º 2348/07, de Rosa Maria Spritze. 2) Relatoria do Dr.ª Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0060/08, de Almir José Pilon; Processo n.º 0080/08, de João Batista Leite; Processo n.º 0087/08, de Paulo Martins; Processo n.º 2516/07, de Antônio Carlos Vieira Júnior e Consulta s/n.º - 20/12/07, Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "prorrogação de requerimento de licença de saúde de Luiz Eduardo Caminha". 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0057/08, de Estela Maris Rossini; Processo n.º 0089/08, de Mabel Santos da Silva; Processo n.º 0058/08, de Eduardo Pereira Andrada; Processo n.º 0059/08, de Arnaldo Schmitt Neto; Processo n.º 2395/07, de Francisco Carlos de Oliveira; Processo

n.º 2420/07, de Michel Curi e Consulta - Of. CL n.º 016/08 de 07/02/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo para exame e aprovação - ONDREPSB". Os processos de relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, ausente por problemas de saúde, foram relatados pelos doutores presentes: aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0061/08, de José Geraldo da Silva; Processo n.º 0082/08, de Manoel Mário de Jesus; Processo n.º 0085/08, de Ivan Carlos Pimentel das Neves; Processo n.º 2493/07, de Domingos Luiz Cardoso e Processo n.º 0043/08, de Fernanda Simões Vieira Guimarães. 5) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0065/08, de Renato Hercílio Bertoldi; Processo n.º 0081/08, de Adriana Costa Koerich; Processo n.º 0086/08, de Marijane Lúcia Mara Libardoni; Processo n.º 2500/07, de Alberto José Silveira de Sá; Of. n.º 012/08 de 14/01/08, Interessada: Lúcia de Lourdes C. da Silva - Prefeita Municipal de Treviso "solicita extrato de todas as subvenções sociais recebidas desta Casa nos últimos cinco (05) anos pela ATREDI - Associação Trevisana dos Descendentes Italianos", pelo indeferimento. Continuando o senhor Relator deu conhecimento ao parecer exarado na ADI n.º 4001, Requerente: ADEPOL - Brasil e Requeridos: Governador de Santa Catarina e Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e sete (27) de fevereiro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2008.

*** X X X ***

EXTRATO

Extrato N.º 018/2008

REFERENTE: 05º TA ao Contrato CL n.º 012/2007, celebrado em 21/02/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

OBJETO: Aumento qualitativo e quantitativo ao contrato inicial, acrescentando novos postos de trabalho para atender as necessidades da Coordenadoria de Saúde, dos serviços de coupeiragem do Gabinete da Presidência e do Plenário da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 65 I "a" e "b" e § 1º da Lei n.º 8.666/93; Item 6.1 da Cláusula Sexta do Contrato Original e Autorização administrativa.

Florianópolis, 21 de fevereiro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Ison Antônio Bettin - Sócio

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 090, de 25/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONSIDERAR LOTADA desde 19 de dezembro de 2007, a servidora, **EDNA ROSALINA SCHUMACKER**, matrícula nº 1845, na Diretoria de Comunicação Social.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 091, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JACSON FERREIRA**, matrícula nº 1840, por 90 (noventa) dias, a partir de 04/01/08.

PORTARIA Nº 092, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VERA LEHMKUHL**, matrícula nº 1547, por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 08/02/08.

PORTARIA Nº 093, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ANTONIO ORLANDO**, matrícula nº 1884, por 05 (cinco) dias, a partir de 11/02/08.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 094, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SERGIO NEY SANTANA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 2122, por 30 (trinta) dias, a partir de 12/02/2008.

PORTARIA Nº 095, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **AUGUSTA JUST MILANEZ**, matrícula nº 0994, por 30 (trinta) dias, a partir de 13/02/2008.

PORTARIA Nº 096, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA DO C. LEMOS KRAVCHYCHYN**, matrícula nº 1440, por 10 (dez) dias, a partir de 13/02/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 097, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **TEREZINHA RODRIGUES GONÇALVES**, matrícula nº 2065, por 60 (sessenta) dias, a partir de 15/02/2008.

PORTARIA Nº 098, de 25/02/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 1239, por 30 (trinta) dias, a partir de 19/02/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 099, de 25/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade c/a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR o servidor **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, para exercer a função de Pregoeiro, e o servidor **ANTÔNIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 1877, na função de Pregoeiro substituto, no Pregão nº 001/2008, e para ocupar a equipe de apoio, os servidores: **VALTER EUCLIDES DAMASCO**, matrícula nº 0947, **BERNADETE ALBANI LEIRIA**, matrícula nº 1998, **ADRIANA LAUTH GUALBERTO**, matrícula nº 0775 e **SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE**, matrícula nº 2169, nos termos do Edital de Pregão nº 001/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 100, de 25/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 2º, incisos I, II e III, do Ato nº 234 de 04/12/2007,*

ANTECIPAR o início das férias relativas ao biênio 2008/2009, dos servidores abaixo relacionados, do dia 02 de janeiro de 2009 para o dia 1º de julho de 2008:

Matr	Nome do servidor
2436	Luiz Carlos Guiotto
3737	Mariângela Mella
3839	Rubia Mara Decol
4380	Vanilisa Becker
3036	Valdir Machado dos Santos

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 101, de 25/02/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR LEONARDO SALVINI, matrícula nº 2088, na Coordenadoria de Recursos Materiais.
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0523.1/2007

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL 0523.1/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina - Ahesc, no município de Florianópolis, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de parte do imóvel que corresponde a um terreno com área de um mil, setecentos e treze metros e sessenta decímetros quadrados, matriculado sob o número 19.893 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01397 na Secretaria de Estado da Administração."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon
APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 19/02/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 523/07

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina - AHESC, no Município de Florianópolis, pelo prazo de dez anos, o uso gratuito de parte do imóvel que corresponde a um terreno com área de um mil, setecentos e treze metros e sessenta decímetros quadrados, matriculado sob o nº 19.893 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrado sob o nº 01397 na Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo fornecer espaço físico destinado a possibilitar que a Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina - AHESC continue desenvolvendo com eficiência e eficácia suas atividades.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, face à gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e
III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 9.110, de 07 de junho de 1993.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de fevereiro de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***